

Primeira Região

em revista

Veículo informativo do Tribunal Regional Federal da 1.ª Região - Ano I - n.º 8 - dezembro 2010/janeiro - 2011

CONCILIAÇÃO:

TRF da Primeira Região
fecha o ano com o sexto
melhor desempenho entre
os 53 tribunais participantes
da Semana Nacional da
Conciliação e celebra mais
de 6,6 mil acordos



Compartilhe das expectativas
das equipes de trabalho da 1.ª
Região para 2011
pg. 26

Solidariedade marca o
encerramento das atividades
no TRF da Primeira Região
pg. 38



Mensagem do Presidente

Fim de ano é tempo de avaliar as conquistas, repensar os erros, desenhar novos objetivos.

É tempo de se apegar à fé, se unir à família, de celebrar cada momento especial.

É tempo de perceber que mais um ciclo se finda e, juntamente com os meses, parte de nós também se vai.

Mas também se dar conta de que outra parte se renova, com o alvorecer de novos planos e o brilho intenso de um recomeço promissor.

O desejo da Presidência do TRF da Primeira Região é que 2010 se encerre de forma plena e com a alegria contagiante de uma criança dentro do coração de cada um.

Que 2011 seja um ano de novos desafios, de montanhas mais íngremes, para que possamos celebrar o triunfo de uma escalada ainda mais vitoriosa.

Que nos sobre a convicção de que podemos superar todos os percalços.

E a serenidade necessária para encarar cada desafio com os pés no chão e a certeza da conquista.

Que nos falte o medo, que nos fuja a incerteza, que nos careça o fracasso.

Que nos sobre o compromisso e que seja ele o norte em cada passo de nossa caminhada na Justiça Federal.

Agradecemos a todos os magistrados, servidores, prestadores de serviços e estagiários por darem sentido a esta Corte e fazerem cumprir, dia após dia, a nobre missão de levar justiça aos cidadãos brasileiros.

Que as sementes do amor, da paz e da fraternidade encontrem um solo fértil em cada um de nós; que elas brotem intensamente e deem os mais belos frutos no ano que se inicia!

Feliz 2011!

Desembargador Federal Olindo Menezes
Presidente do TRF da 1.ª Região

Ao leitor

Mais um ano de desafios para a Justiça Federal da Primeira Região chegou ao final. No balanço necessário que o período sugere, a certeza do dever cumprido em 2010 e de que ainda há muito por fazer em 2011. É tempo de preparar o espírito para o recomeço, de olhar para trás, avaliar com olhos generosos sua participação diante dos desafios e se imbuir de novo ânimo para dar o seu melhor no ano que se inicia.

Foi com esse pensamento que reunimos, numa única edição da *Primeira Região em Revista*, os principais acontecimentos de dezembro e janeiro, em razão da atipicidade desses meses em função do recesso judiciário e do período de férias de colaboradores da revista. Assim, as editorias Artigo, Ponto de Vista, Direto da Rede, Especial Decisões, Panorama Primeira Região, Boas Práticas e Nossa Língua não irão circular, retornando a partir da edição de fevereiro.

Nesta edição, o leitor vai encontrar o balanço da quinta edição da Semana Nacional de Conciliação, que aconteceu de 29 de novembro a 3 de dezembro, quando mais de 10 mil audiências foram realizadas e seis mil acordos foram celebrados somente na Primeira Região da Justiça Federal.

Na seara institucional, registramos a instalação das seis últimas novas varas federais, das 19 programadas para 2010, marcando o encerramento do cronograma de instalações de novas varas federais na Primeira Região naquele ano, cumprindo, com isso, mais uma etapa do processo de interiorização da Justiça Federal e da nobre missão de distribuir justiça e facilitar o acesso ao Judiciário federal a milhares de brasileiros que vivem nos mais longínquos rincões do país, nos estados que integram essa imensa Região e também no Distrito Federal.

Pautamos, ainda, a solidariedade por meio de duas campanhas realizadas no tribunal, em que a lição de amor ao próximo se materializou no gesto efetivo de servidores que se empenharam nas campanhas: “Árvore da Solidariedade” e “Doe Sangue, doe vida”.

A revista traz, também, as mensagens para 2011 de equipes de trabalho que atuam nas diversas unidades da Justiça Federal da Primeira Região. E a tradicional missa de Natal, em 2010 acompanhada de um brunch de encerramento dos trabalhos do ano, que reuniu magistrados, servidores, prestadores de serviços e estagiários no salão nobre do tribunal e depois no hall do plenário, em agradecimento pelo final de mais um ano de conquistas para a instituição.

Você acompanha toda a movimentação do TRF para efetivar o mutirão Judiciário em Dia, que pretende baixar cerca de 50 mil processos neste ano.

E uma entrevista com o secretário de Bem-Estar Social, Marcos Dias, vai esclarecer as principais mudanças no programa de assistência aos servidores – o Pro-Social.

Da parte da equipe da Ascom, foi motivo de orgulho fazer chegar até sua caixa de e-mail, mês a mês, um exemplar da *Primeira Região em Revista*. A todos, um terno abraço e o desejo de estarmos mais próximos no ano de 2011, cumprindo nossa missão institucional de levar a você, leitor, as informações relevantes do Tribunal, seções e subseções judiciárias, registrando a história da Justiça Federal da Primeira Região.

Boa leitura.

Ivani Morais

Chefe da Assessoria de Comunicação Social do TRF/ 1.ª Região

TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 1.ª REGIÃO

OLINDO MENEZES - Presidente
JOSÉ AMILCAR MACHADO - Vice-Presidente
CÂNDIDO RIBEIRO - Corregedor-Geral

DESEMBARGADORES FEDERAIS

TOURINHO NETO
CATÃO ALVES
ASSUETE MAGALHÃES
JIRAIR ARAM MEGUERIAN
MÁRIO CÉSAR RIBEIRO
TOLENTINO AMARAL
HILTON QUEIROZ
CARLOS MOREIRA ALVES
ITALO MENDES
CARLOS OLAVO
DANIEL PAES RIBEIRO
JOÃO BATISTA MOREIRA
SOUZA PRUDENTE
SELENE ALMEIDA
FAGUNDES DE DEUS
MARIA DO CARMO CARDOSO
LEOMAR AMORIM
NEUZA ALVES
FRANCISCO DE ASSIS BETTI
REYNALDO FONSECA
ÂNGELA CATÃO
MÔNICA JACQUELINE SIFUENTES

Diretor-geral da Secretaria:

Felipe dos Santos Jacinto

Conselho Editorial:

Secretário-geral da Presidência – Joseny Marques Freire
Chefe da Assessoria de Comunicação Social – Ivani Moraes (Reg. Prof. DF 2747)
Supervisora da Seção de Produção de Jornal, Marcela Correia (Reg. Prof. DF 6672)
Supervisora da Seção de Produção Audiovisual, Etiene Gomes de Carvalho (Reg. Prof. 4165 DF)
Supervisora da Seção de Imprensa, Marília Maciel Costa.

Editores-Chefe

Ivani Moraes

Editores-Executivos

Marcela Correia

Redatores:

Adriana Carvalho, Chico Camargo (Reg. Prof. DF 7350), Euvaldo Pinho, Gilbson Alencar (Reg. Prof. DF3658/JP), Juliana Corrêa (Reg. Prof. DF 7261), Leonardo Costa, Mara Bessa, Marcela Correia (Reg. Prof. DF 6672), Márcia Murça Barroso, Ricardo Cassiano (Reg. Prof. DF 3026) e Sônia Martins

Estagiários:

Clara Shiratori, Lécio Luiz, Paula Oda e Raissa Capibaribe

Colaboração:

Supervisores das Seções de Comunicação Social das Seções Judiciárias da 1ª Região

Revisão:

Márcia Murça Barroso

Projeto Gráfico e editoração:

Jordânia J. Alves

Editoração Eletrônica

Igor Maciel e Ricardo Cassiano

Fotos:

Brito Júnior, Euvaldo Pinho, Leonardo Costa, Luiz C. B. Xavier, Mauro Putini, Saulo Cruz e Secos da 1ª Região

Fotolitos:

Empresa Ryobi Gráfica e Editora

Impressão:

Gráfica do TRF da 1ª Região

Tiragem:

1.000 exemplares
Distribuição eletrônica em toda a 1ª Região

Contato:

primeiraregioaemrevista@trf1.jus.br

CONCILIAÇÃO



RICARDO CASSIANO

10 | Capa

TRF da 1.ª Região se destaca na Semana Nacional da Conciliação, com mais de 10 mil audiências realizadas

Acesse www.trf1.jus.br

Acesse



Portal do TRF1

Portal do TRF1



e-Cint

Sistema de Citação e Intimação Eletrônica



Consulta Processual

Consulta processual da Primeira Região



e-Proc

Sistema de Peticionamento Eletrônico

Assessoria de Comunicação Social – Ascom

Praça dos Tribunais Superiores
SAS Quadra 2, Bloco A, Edifício-Sede I, sala 3
CEP: 70095-900
Fones: (61) 3314.5371/79 Fax: (61) 3226.4985
e-mail: ascom@trf1.jus.br



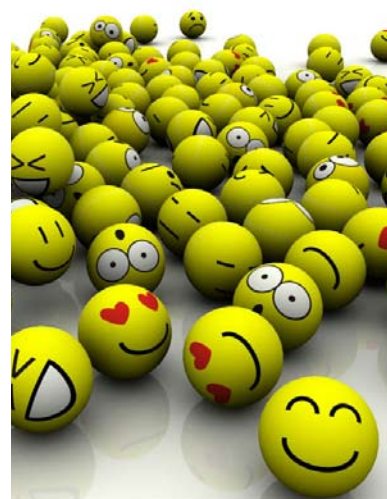
SALVO CRUZ

21 Painel Nova Sede: 3.ª etapa da obra tem início



EWALDO PINHO

42 Por aí Saint Martin: uma ilha francesa e holandesa



INTERNET

50 Saúde Você planeja suas emoções?

6 Entrevista

Diretor da Secretaria de Bem-Estar Social, Marcos Dias, fala das mudanças no Regulamento do Pro-Social

24 Estratégia em Foco

Liderança

Por Vânia Fernandes (SJ/MT) e Márcio Albuquerque (Secor)

48 Comportamento

Comece bem e termine melhor

Por Shirley Pontes

54 Por dentro da lei

Saiba o que fazer para solicitar o Auxílio-Material-Escolar



Marcos Dias afirma que alteração no regulamento do Pro-Social mantém o princípio da solidariedade

▀ GILBSON ALENCAR

No dia 15 de dezembro de 2010, o Conselho Deliberativo do Pro-Social aprovou a proposta de alteração do regulamento geral do programa, que será apreciada pela Corte Especial. Nesta entrevista, o diretor da Secretaria de Bem-Estar Social (Secbe), Marcos de Oliveira Dias, esclarece os principais pontos relativos às mudanças. A respeito da modificação no critério de contribuição, Dias acredita que o aporte por percentual sobre a remuneração do titular do programa “não fere” o princípio da solidariedade que norteia o Pro-Social. Antes, a contribuição era por faixa salarial. A consequência da alteração desse tópico, segundo o diretor, é que alguns beneficiários, como os solteiros, terão uma diminuição no valor da contribuição, e os que têm muitos dependentes pagarão mais. A atual redação do regulamento determina que haja cobrança de custeio para todos os procedimentos, exceto internações. Um aspecto inovador trazido pelo documento que rege o programa é a aceitação de companheiro do mesmo sexo do titular como beneficiário. Para Marcos Dias, o regulamento foi modificado para se adequar à nova realidade brasileira; ele garante que o programa não perdeu de vista a sua função social. A seguir, veja a íntegra da entrevista com o diretor da Secbe.

Quais foram as motivações para a alteração do Regulamento?

Adequar o Regulamento à nova realidade social brasileira e da instituição, frente à necessidade de modernização com o objetivo de atender os interesses dos diferentes núcleos familiares que se formam; manter a higidez do Programa; tornar-se mais atrativo e justo para os beneficiários com ou sem dependentes inscritos; assumir o papel de um plano de assistência à saúde diferenciado, sem perder de vista a sua função social.

O Programa corria algum risco de entrar em colapso financeiro?

Não. O Programa tem um saldo financeiro de cerca de 80 milhões de reais. Esse montante é suficiente, em condições normais, para mantê-lo por 18 meses sem receber recursos de nenhuma fonte.

Quanto tempo o Conselho Deliberativo do Programa levou para reformular o Regulamento Geral do Pro-Social?

A proposta de alteração do Regulamento foi uma evolução baseada em trabalho desenvolvido por comissão instituída pela Portaria Presi 600-366, de 26/07/2006, que utilizou estudo sobre cálculo atuarial realizado pela Fundação Getúlio Vargas nos autos do Processo Administrativo n.º 2.155/2003, e após o recebimento de sugestões advindas das seccionais da 1.ª Região, de Unidades, de magistrados e de servidores deste Tribunal, elaborou-se a proposta que foi submetida e aprovada pelo Conselho Deliberativo na sessão do dia 15/12/2010.

Qual era a média de receita anual do Pro-Social? Essa receita será aumentada em que percentual a partir de agora?

O Pro-Social é uma autogestão em assistência à saúde do tipo patrocinada, onde o Governo Federal contribui com uma parte dos recursos utilizados, consignados no orçamento geral da União no início de cada exercício financeiro, empenhados no Programa de Trabalho 02301056920040001 – Assistência Médica e Odontológica aos Servidores – AMOS, atualmente R\$ 90,00 *per capita* mês, e o beneficiário titular com outro tanto, chamado de “Recursos Próprios” – que varia de R\$ 52,00 a, no máximo, R\$ 472,00 –, calculado de acordo com a remuneração mensal do beneficiário titular, nos termos do Regulamento Geral vigente. Dessa maneira,

“ O Programa tem um **saldo** financeiro de cerca de 80 milhões de reais ”

o valor mensal transferido pela União é de aproximadamente R\$ 1.800.000,00 (um milhão e oitocentos mil reais) e arrecadado com recursos próprios de R\$ 2.500.000,00 (dois milhões e quinhentos mil reais). Somados equivalem a R\$ 4.300.000,00 (quatro milhões e trezentos mil reais) ao mês e R\$ 51.600.000,00 (cinquenta e um milhões e seiscentos mil reais) ao ano. Além dessas duas fontes de receitas, existe a proveniente das aplicações em instituições bancárias, que rendem ao Programa cerca de R\$ 600.000,00 (seiscentos mil reais) ao mês. Somando tudo, o Pro-Social tem uma receita estimada por mês de R\$ 5.000.000,00 (cinco milhões) e R\$ 60.000.000,00 (sessenta milhões) ao ano. As despesas estimadas para esse exercício são da ordem de R\$ 55.000.000,00 (cinquenta e cinco milhões). Portanto, houve *superavit* financeiro em 2010. Com a nova proposta, haverá uma redução nas receitas oriundas das contribuições para R\$ 1.800.000,00 (um milhão e oitocentos mil reais). Como o objetivo do Programa não é o de fazer caixa, mas que as receitas sejam pelo menos iguais às despesas, dessa maneira, somadas as outras fontes de receitas, inclusive a cobrança de custeio (estima-se R\$ 315.000,00 ao mês), o montante será suficiente.

Percebe-se que houve muitas alterações em relação a nomenclaturas, terminologias, adequação de redação e de numeração de artigos, mas em termos de conteúdo quais foram as principais modificações no regulamento?

Aceitação como beneficiário de companheiro homoafetivo; filhos até 28 anos, solteiros, poderão permanecer no Programa sem necessitar de comprovação de renda ou escolaridade; menor sob guarda só poderá permanecer no Programa, nessa condição, até atingir a maioridade; ex-cônjuge, servidores removidos e em lotação provisória não poderão permanecer mais como beneficiário; quem deixar o Pro-Social

poderá ser reinscrito uma única vez, mas no seu retorno será submetido à carência; o auxílio-material-escolar será pago aos dependentes dos beneficiários na faixa etária de 6 a 14 anos, sem a necessidade de solicitação, basta constar como dependente do titular; alterações nas regras do Tratamento Fora de Domicílio; a contribuição passa a ser individualizada, por beneficiário – os percentuais são de 2,5% para o titular, 0,5% para os dependentes diretos (cônjuge, filhos e enteados) e de 1% para os dependentes indiretos (pais, menor sob guarda e outros incluídos por decisão do Conselho Deliberativo ou por decisão judicial) –; as bases de cálculo passam a ter um mínimo de R\$ 2.105,94 e máximo de R\$ 15.591,00; haverá cobrança de custeio para todos os procedimentos, exceto internação (ver mais detalhes no art. 63 e parágrafos da proposta); criação de uma cota anual de isenção de custeio – somente haverá custeio quando a cota for ultrapassada –; previsão de realização de exames preventivos de saúde em todos os beneficiários para mapeamento da saúde e formação de banco de dados, visando à redução de custos e à promoção da qualidade de vida por meio da prevenção.

Os servidores inscritos no Pro-Social manifestaram algum descontentamento em relação à reformulação do regulamento?

Não existe a possibilidade de agradar a todos igualmente. Na sua grande maioria, o descontentamento é muito pequeno.

A mudança no critério de contribuição não fere uma das características do Pro-Social de ser um Programa solidário, afinal quem ganha mais não deveria pagar mais? Como foi o debate no Conselho?

A mudança de critério de faixa salarial para percentual sobre a remuneração não fere a característica do Programa, pelo contrário, fomenta o princípio da solidariedade. O debate no Conselho foi muito tranquilo.

Quais as consequências das alterações no bolso do beneficiário?

Alguns beneficiários, principalmente os solteiros, terão uma diminuição no valor da contribuição. Aqueles que têm muitos dependentes terão aumento no valor. Em relação ao custeio, eles serão proporcionais à utilização do Programa; quem usa muito e ultrapassar as respectivas cotas terá custeio – ficou justo e atende ao princípio da solidariedade.

FOTOS SAULO CRUZ



A ex-representante dos servidores no Conselho Deliberativo do Pro-Social, Neuza Maria Gomes Ortiz, em mensagem encaminhada aos e-mails do Tribunal, no dia 17.12.10, afirmou que apresentou ao Conselho proposta para que todos os dirigentes da Secretaria de Bem-Estar Social (Secbe) sejam servidores do quadro de pessoal da Primeira Região e beneficiários do Pro-Social. Essa proposta foi rejeitada?

A proposta é muito boa. Como eu preencho todos os requisitos, perante o Conselho eu sou suspeito. Não posso votar matéria de meu interesse. Ela não foi rejeitada, mas, sim, suspensa para mais estudos. ■

Justiça Federal da Primeira Região celebra mais de 6,6 mil acordos durante V Semana Nacional da Conciliação

AS CONCILIAÇÕES OBTIDAS NAS MAIS DE 10 MIL AUDIÊNCIAS COLOCARAM O TRIBUNAL EM 6.º LUGAR NO “RANKING” NACIONAL. DESTAQUE PARA OS MUTIRÕES DOS JEFS NO ESTADO DO PARÁ



ARTECHU

▼ RICARDO CASSIANO

“Um grande passo para a mudança de cultura e de paradigmas”. Foi com essa expressão que o coordenador do projeto de Conciliação da Primeira Região, desembargador federal Reynaldo Fonseca, definiu os resultados da V Semana Nacional da Conciliação, ocorrida entre os dias 29 de novembro e 3 de dezembro. A Primeira Região fechou a semana com o segundo melhor desempenho desde 2006. Foram contabilizadas 10.072 audiências – de um total de 26 mil em toda a Justiça Federal –, com 6.654 acordos celebrados, que somam 66% de sucesso obtido. Nos cinco dias de conciliação, mais de 15 mil pessoas

foram atendidas, e os valores negociados passaram da marca de 35,1 milhões de reais.

Os números colocaram a Primeira Região na sexta posição do “ranking” nacional, de um total de 53 tribunais participantes. Os resultados só foram superados pelos tribunais de Justiça (TJs) da Bahia, de Goiás, Minas Gerais, Santa Catarina e São Paulo. Teve, assim, o melhor desempenho no número de acordos celebrados no âmbito dos Tribunais Regionais Federais e dos Tribunais Regionais do Trabalho. O destaque foram as matérias previdenciárias. Em apenas dois mutirões dos Juizados Especiais Federais



Presidente abre solenidade de entrega de baixas de hipoteca. Ao lado, mutuário da Caixa recebe o documento

(JEF) ocorridos no Pará durante a semana da conciliação foram realizadas mais de 7.500 audiências. A sede da Seção Judiciária (Belém) e a Subseção de Castanhal, no interior, atenderam trabalhadores de 80 dos 143 municípios do segundo maior estado do país – em extensão territorial. Os mutirões contaram com a participação de 20 juízes federais, dezenas de servidores e mais de 300 voluntários, e resultaram em 15 milhões de reais em pagamentos de benefícios. No total da Primeira Região, alcançaram-se mais de 35 milhões de reais.

Os embates relacionados ao financiamento da casa própria também ocuparam boa parte das mesas de conciliação. Segundo o desembargador federal Reynaldo Soares, os processos do Sistema Financeiro da Habitação (SFH) respondem a cerca de 30% do total de feitos em que há tentativa

de acordo. Nessa área, o TRF da 1.ª Região promoveu, no dia primeiro de dezembro, na sede do Tribunal, em Brasília, uma cerimônia simbólica de entrega de baixas de hipoteca a mutuários acordantes, como forma de valorizar a resolução pacífica dos conflitos judiciais.

Outra medida foi a inclusão, na Semana realizada na Justiça Federal, da conciliação em feitos criminais. Os processos foram resolvidos nas duas varas federais de Governador Valadares, em Minas Gerais. Esse tipo de acordo está previsto na Lei n.º 9.099, de setembro de 1995, que prevê as audiências (acordos) para crimes de menor potencial ofensivo. “A Justiça Federal está sendo emblemática nessa questão”, afirmou o magistrado Reynaldo Soares.

A semana foi aberta oficialmente na Primeira Região pelo presidente do TRF, desembargador federal Olindo Menezes, durante solenidade de instalação da 7.ª Vara Federal do Piauí, na capital Teresina. Na ocasião, o magistrado afirmou que o projeto é uma forma inovadora de compor os litígios. “Em vez de se ter uma sentença ditada por um juiz, que leva muitas vezes a um recurso da parte insatisfeita, aqui não, o processo chega ao fim imediatamente”, frisou o presidente.

Números gerais

Em todo o país, a V Semana Nacional da Conciliação, promovida pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ), contabilizou 362 mil audiências realizadas, de um total de 439 mil designadas. Mais de 47% das audiências – mais de 170



Mutirão dos Juizados Especiais Federais em Belém, no Pará, mobilizou 10 juízes federais, 48 servidores e 250 estagiários

mil – terminaram em acordo. As transações chegaram a R\$ 1,07 bilhão em valores homologados, e mais de 817 mil pessoas envolvidas nos processos foram atendidas.

Segundo dados do CNJ, a semana mobilizou 53 tribunais, 22.550 magistrados, 1.711 juízes, 23.798 conciliadores e 46.958 colaboradores, num total de 95.017 participantes. Cada magistrado atendeu 36 pessoas, em média. A Justiça Federal realizou 25.980 audiências, com 14.991 acordos fechados – um percentual de 57,7% de conciliações.

Histórico

A conciliação não é tema recente nas ações promovidas pelo TRF e pelas seções e subseções judiciárias da 1.ª Região. Até 2006, diversas iniciativas foram desenvolvidas na área, gerando percentuais de acordo significativos, especialmente em matérias relacionadas ao Sistema Financeiro da Habitação (SFH). As seccionais de Minas Gerais, do Distrito Federal, Maranhão e Pará se destacaram na vanguarda dessas ações.

Em 2006, foi implantado, de forma definitiva, um projeto de conciliação na área do SFH, por meio de resolução assinada ainda em 2005.

A sistematização dos trabalhos se iniciou na Seção Judiciária de Minas Gerais e logo se espalhou por todas as 14 unidades federativas – incluindo o Distrito Federal – que compõem a primeira região da Justiça Federal. Foram efetuados diversos mutirões, com audiências de conciliação, sempre em parceria com a Caixa Econômica Federal (CEF) e com a Empresa Gestora de Ativos (EMGEA). Em março de 2008, o projeto de conciliação expandiu-se e passou a contemplar, também, a área previdenciária, em parceria com o INSS.

A Justiça Federal da 1.ª Região participa da Semana Nacional da Conciliação desde 2006. O maior número de acordos foi registrado em 2008, quando 7.193 processos terminaram de forma amigável, atingindo a marca expressiva de 81% de sucesso nas audiências realizadas. ■

SEMANA NACIONAL DA CONCILIAÇÃO

Balanco - TRF da 1.ª Região

AUDIÊNCIAS REALIZADAS 10.072

ACORDOS CELEBRADOS 6.654

PERCENTUAL DE ACORDOS 66%

PESSOAS ATENDIDAS 15.614

VALORES NEGOCIADOS R\$ 35,1 MILHÕES

Fonte: CJF



FOTOS SECOSPA

Cerca de quatro mil audiências em um ginásio de esportes em Belém



JEF do Amapá celebra 1.400 ACORDOS

SECRETARIA ESTIMA EM
MAIS DE R\$ 20 MILHÕES
O TOTAL DE VALORES
NEGOCIADOS

RICARDO CASSIANO

O Juizado Especial Federal da Seção Judiciária do Amapá encontrou uma forma prática de reduzir, de uma só vez, cerca de 10% de todo o acervo de processos em tramitação no JEF. Pelo caminho da conciliação, a juíza federal substituta, Lívia Cristina Marques Peres, na titularidade da vara há cerca de um ano, conseguiu celebrar, no dia 6 de dezembro, 1.288 acordos em ações ajuizadas por servidores públicos federais contra a União. O plano foi simples: separar todos os processos de matéria idêntica e convidar as partes para o diálogo.

A ideia partiu da própria magistrada, ainda no início de novembro, devido à necessidade iminente de desafogar as prateleiras do juizado, que acumulavam mais de 13 mil processos, todos sob sua responsabilidade. Como já havia identificado um grande volume de ações relacionadas à paridade de aposentados e pensionistas com servidores da ativa, na Gratificação de Desempenho de Atividade Técnico-Administrativa e de Suporte (GDPGTAS), Lívia Peres resolveu “peneirar” esses feitos. O trabalho foi concluído em poucos dias, com o auxílio do sistema JEF Virtual, que permite buscar e selecionar processos específicos. “Nós aproveitamos todos os recursos que o JEF virtual nos oferece”, relembra.

A seleção contou com a participação da coordenadora do JEF, Simone Souto, além de outros quatro servidores, e ocorreu de duas formas: por objeto e por advogado. Com esse método, foram separados 1.143 processos relacionados à GDPGTAS, 109 em que se discutia o pagamento de anuênio e outros 36 cujo embate envolvia a progressão funcional dos servidores. Convencida de buscar a conciliação, a União logo apresentou, em secretaria, as propostas de acordo, com a descrição detalhada de todos os parâmetros de cálculo dos benefícios. Em seguida, o documento foi certificado em cada um dos processos semelhantes. O próximo passo foi chamar os advogados para a sala de audiências.

A ação mobilizou centenas de pessoas, no dia 6 de dezembro. “Os corredores em volta da sala ficaram lotados. Foi uma cena muito interessante!” descreve a diretora da

Secretaria do JEF de Macapá, Marineide Cordula Soares. Os advogados, que representavam dezenas e até centenas de jurisdicionados, discutiram as propostas com os procuradores da União. Após os diálogos, as partes finalmente estreitaram as mãos. “Houve a discussão, eles fizeram algumas alterações naquele momento e fecharam o acordo”, conta Lívia Peres. Nos casos dos servidores que não dispunham de advogados e também optaram pela conciliação, a sentença foi proferida ao longo da semana, sem a necessidade de audiência.

As ações estão, agora, em fase de execução. Como a União precisa calcular cada feito individualmente, foi dado um prazo, de até cem dias, dependendo do tipo de processo, para que todos os valores sejam apresentados. A secretaria do juizado estima em R\$ 18 mil o pagamento médio para cada servidor, nos casos da gratificação GDPGTAS, o que resultaria em um total aproximado de R\$ 20,5 milhões negociados.

GDPGTAS

A Gratificação de Desempenho de Atividade Técnico-Administrativa e de Suporte foi instituída em 2006, pela Medida Provisória 304/2006, convertida na Lei n.º 11.357/2006. A norma substituiu a extinta GDATA e virou motivo de entraves judiciais porque estabeleceu o percentual de até 60% do valor máximo da gratificação a ser pago aos servidores ativos, sem estender os mesmos critérios aos aposentados e pensionistas, que tiveram percentuais diferenciados. Na prática, contudo, a gratificação de produtividade é paga à base de 80% de seu valor total, sem a avaliação de desempenho, por falta de regulamentação.

Diante disso, a Advocacia-Geral da União (AGU) editou, em abril de 2010, a Súmula n.º 49, resultante de jurisprudência sobre o tema. O texto sugere que a mesma regra que estabelece o percentual a ser pago aos servidores ativos seja, também, estendida aos inativos e pensionistas, até que a gratificação seja regulamentada. ■

Últimas providências para o início do mutirão “Judiciário em Dia”

MUTIRÃO SE PROPÕE A ACELERAR O JULGAMENTO DE CERCA DE 50 MIL PROCESSOS

CHICO CAMARGO

Após a adesão do Tribunal Regional Federal (TRF) da 1.ª Região, no dia 18 de novembro, ao Projeto Mutirão “Judiciário em Dia”, o presidente Olindo Menezes reuniu-se, na tarde do dia 15 de dezembro, no Salão Nobre, com os juízes que irão atuar no projeto, a fim de que conhecessem os procedimentos e os preparativos para o início dos trabalhos.

Em poucas palavras, ao dirigir-se aos magistrados, o presidente mostrou-se bastante otimista com a possibilidade da obtenção de resultados muito positivos com o mutirão, apesar das dificuldades impostas pela escassez de espaço e de pessoal. Por fim, agradeceu a disposição dos juízes que se prontificaram a trabalhar no mutirão. Por sua vez, o juiz federal em auxílio à Presidência, José

Alexandre Franco, expôs aos magistrados os pormenores dos procedimentos que serão adotados para execução dos trabalhos. Logo em seguida, o diretor-geral da Secretaria, Felipe dos Santos Jacinto, tratou dos aspectos de ordem administrativa e operacional, garantindo todo o apoio necessário ao bom desenvolvimento dos trabalhos do mutirão.

No início de 2011, num segundo encontro, ocorrido no dia 11 de janeiro, no mesmo local, com parte dos juízes convocados, o presidente Olindo Menezes fez uma avaliação dos procedimentos de triagem dos processos e de distribuição do acervo processual. Os magistrados

também foram informados sobre o andamento dos preparativos para instalação das turmas de julgamento, cuja primeira sessão está prevista para acontecer em fevereiro.

Em seguida, no dia 13 de janeiro, por meio da Portaria/Presi/Cenag n.º 12, publicada no Boletim de Serviço do dia 14, foram definidas a logística, as providências administrativas, as regras de funcionamento, além da lista com os nomes dos magistrados e respectivos endereços de trabalho, que comporão

as turmas suplementares instituídas para a primeira, terceira e a quarta seção especializada do Tribunal.

Para que os 14 juízes federais que irão compor as sete turmas suplementares possam julgar com celeridade cerca de 50 mil processos, serão adotadas rotinas de trabalho mais modernas e racionais, com o objetivo de acelerar a tramitação das

demandas judiciais. Dessa forma, espera-se que haja redução do acervo de processos.

O projeto terá duração de seis meses, a contar da sessão de julgamento prevista para fevereiro.

O Projeto Mutirão “Judiciário em Dia” é fruto de acordo firmado entre o TRF da 1.ª Região, a Corregedoria Nacional de Justiça, órgão do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), a Corregedoria-Geral da Justiça Federal, órgão do Conselho da Justiça Federal (CJF), e tem por objetivo alcançar a meta 2 do CNJ, relativa aos anos de 2009 e 2010, julgar todos os processos que se encontram no Tribunal autuados até o ano de 2006. ■



Juízes federais reunidos com o presidente no Salão Nobre

LUIZ XAVIER

Instaladas as seis últimas varas previstas para 2010

TRF CUMPRE O CRONOGRAMA E INSTALA TODAS AS 19 VARAS FEDERAIS

CHICO CAMARGO/ETIENE GOMES/IVANI MORAIS/SÔNIA JANSEN

No mês de dezembro, o TRF da 1.ª Região deu prosseguimento à instalação de novas varas federais. Assim, ao inaugurar mais seis, o TRF cumpriu integralmente a determinação da Resolução/Presi/Cenag 14, publicada em 13 de maio, (alterada posteriormente pela de número 22, de 03/11/2010), que autorizava as instalações de um total de 19 varas.

Aquele documento, que regulamenta e detalha a instalação das novas varas no âmbito da 1.ª Região, é decorrente da Resolução n.º 102, de 14 de abril, do Conselho de Justiça

Federal (CJF), que destina ao TRF 94 varas federais, de um total de 230 criadas pela Lei 12.011, de 4 de agosto de 2009. O objetivo da Lei é a interiorização da Justiça Federal de primeiro grau e a implantação dos Juizados Especiais Federais no País. O dispositivo legal diz ainda que a implantação ocorrerá de forma gradativa, devendo estar concluída em 2014.

Assim, com mais essas seis, o TRF da 1.ª Região encerra o ciclo de instalações previsto para o ano de 2010.

3 de dezembro - Guajará-Mirim/RO

A primeira vara federal de fronteira do estado de Rondônia foi instalada no dia 3 de dezembro, no município de Guajará-Mirim, limítrofe à Bolívia. Bastante prestigiada, a solenidade ocorreu na sede da nova subseção e foi conduzida pelo presidente Olindo Menezes, acompanhado do diretor do foro da Seção Judiciária de Rondônia (SJRO), juiz federal Herculano Martins Nacif.

Minutos antes da solenidade de instalação da nova subseção, dezessete pessoas aprovadas no último concurso público para provimento de cargos da Subseção de Guajará-Mirim assinaram o termo de posse na presença do presidente Olindo Menezes e do diretor do foro da SJRO, Herculano Nacif, tornando-se os mais novos servidores da Primeira Região. Eles auxiliarão o juiz federal Rodrigo de Godoy Mendes, designado titular da Subseção.

A jurisdição da Vara, que tem competência geral e de juizado especial federal adjunto cível e criminal, abrange também o município de Nova Mamoré, perfazendo um total de 36 mil km² de área e 62 mil habitantes. A subseção está localizada na Avenida Duque de Caxias 2409, Santa Luzia.

O diretor do foro da SJRO, Herculano Martins Nacif, apontou, em discurso, os dois principais objetivos do novo órgão. "O primeiro aspecto é a política de levar a justiça ao



LEONARDO COSTA

cidadão mais carente; hoje a Justiça Federal não é vista mais como uma justiça elitizada, porque a estamos levando a todos os rincões do país; ao lado disso, teremos um pouco mais de facilidade no combate à criminalidade organizada, principalmente no combate ao tráfico de drogas, de armas, ao contrabando e ao descaminho".

O presidente Olindo Menezes destacou que a chegada da Justiça Federal em Guajará-Mirim significará nova dinâmica para a cidade. **"Ela trará outros órgãos federais e creditícios, tudo isso em benefício da população; além do fato, é claro, de que os cidadãos locais e de Nova Mamoré não precisarão mais se deslocar a Porto Velho para resolver suas causas com a Justiça Federal."** Com relação ao papel da Vara Federal na fronteira estratégica, o presidente frisou: "O papel da Justiça Federal não é o de velar pelas fronteiras, mas, quiçá, a nossa presença aqui iniba a questão da criminalidade".

10 de dezembro - Teófilo Otoni /MG



A população da cidade de Teófilo Otoni e de mais 56 municípios mineiros já pode contar com os serviços da Justiça Federal, sem que seja necessário deslocar-se até Governador Valadares para demandar com a União, autarquias e fundações públicas federais. Com a instalação da nova subseção judiciária pelo presidente do Tribunal Regional Federal da Primeira Região, desembargador federal Olindo Menezes, Minas Gerais passa a contar com 18 varas federais no interior e 33 na capital, ampliando e facilitando, assim, o acesso ao judiciário federal para aqueles que dele precisam.

A nova vara tem competência geral e de juizado especial federal adjunto cível e criminal, e inicia suas atividades com um acervo estimado em seis mil processos, sob o comando do juiz federal Elísio Nascimento Batista Júnior. Ela está localizada na Rua Doutor Reinaldo, 105, Centro, e atenderá os seguintes municípios: Água Boa, Águas Formosas, Almenara, Angelândia, Araçuaí, Ataléia, Bandeira, Bertópolis, Cachoeira de Pajeú, Campanário, Capelinha, Caraí, Carlos Chagas, Catuji, Comercinho, Coronel Murta, Crisólita, Felisburgo, Franciscópolis, Frei Gaspar, Fronteira dos Vales, Itaipé, Itambacuri, Itaobim, Itinga, Jacinto, Jequitinhonha, Joáima, Jordânia, José Gonçalves de Minas, Ladainha, Machacalis, Malacacheta, Mata Verde, Medina, Monte Formoso, Nanuque, Novo Cruzeiro, Novo Oriente de Minas, Ouro Verde de Minas, Padre Paraíso, Palmópolis, Pavão, Pedra Azul, Pescador, Ponto dos Volantes, Poté, Rio do Prado, Rubim, Salto da Divisa, Santa Helena de Minas, Santa Maria do Salto, Santo Antônio do Jacinto, Serra dos Aimorés, Setubinha,

Umburatiba e Virgem da Lapa.

O presidente, desembargador Olindo Menezes, falou de sua satisfação em instalar mais uma vara no interior do Estado e dos desafios a serem enfrentados pelo juiz titular e seus vinte novos servidores, empossados após a solenidade de instalação. “São desafios muito grandes e específicos, difíceis, mas que – não tenho dúvida –, serão vencidos, de modo a consolidar o funcionamento da Justiça Federal nesta região como fator de cidadania, consolidação das liberdades e valores republicanos em geral”, afirmou o presidente.

O juiz federal Elísio Nascimento, diretor da Subseção de Teófilo Otoni, disse que irá adotar todos os procedimentos que estão ao alcance, entre os quais a conciliação, para dar uma resposta mais rápida à população. **“Vamos utilizar todos os instrumentos de gestão disponíveis dentro da própria estrutura da vara para a solução rápida dos processos”.**

Para o diretor do foro da Seção Judiciária de Minas Gerais, juiz federal Itelmar Raydan Evangelista, a instalação da vara de Teófilo Otoni é motivo de “alegria, entusiasmo e imenso sentimento cívico e de realização profissional na gestão da administração judiciária em Minas”. “A instalação da Subseção Judiciária de Teófilo Otoni representa a reafirmação do necessário crescimento da Justiça Federal da Primeira Região para implementar, com mais eficiência e eficácia, seu compromisso constitucional no exercício da pacificação social por meio da atividade jurisdicional”, afirmou.

13 de dezembro - Formosa/GO

O presidente Olindo Menezes, acompanhado do diretor do foro da SJ de Goiás, Carlos Augusto Tôrres Nobre, instalou, no dia 13 de dezembro, a Subseção Judiciária de Formosa.

Localizada a 75 km de Brasília, a vara única de Formosa atenderá outros vinte e três municípios da região norte-nordeste do estado de Goiás – Água Fria de Goiás, Alto Paraíso, Alvorada do Norte, Buritinópolis, Cabeceiras, Campos Belos, Cavalcante, Damianópolis, Divinópolis de Goiás, Flores de Goiás, Guarani de Goiás, Iaciara, Mambaí, Monte Alegre de Goiás, Nova Roma, Planaltina de Goiás, Posse, São Domingos, São João d'Aliança, Simolândia, Sítio d'Abadia, Teresina de Goiás e Vila Boa.

Para comandar os trabalhos da nova subseção foi designada a juíza federal Edna Márcia, que contará com o



RAMON PEREIRA

apoio de vinte servidores, onze dos quais foram empossados minutos antes da solenidade. **“É missão dos novos servidores ao lado da juíza diretora da Subseção de Formosa não poupar esforços para consolidar a Justiça Federal no município, sem esquecer que a razão de tudo é o jurisdicionado”**, afirmou o presidente Olindo.

A Subseção está localizada na Rua Lindolfo Gonçalves, n.º 1.000, Setor Centro.

14 de dezembro - Uruaçu/GO

Um dia depois de instalar a Vara Federal de Formosa, em Goiás, o presidente Olindo Menezes, juntamente com o diretor do foro da seccional de Goiás, Carlos Augusto Tôrres Nobre, instalou a Subseção Judiciária de Uruaçu, no mesmo estado. O município de Uruaçu encontra-se a 280 km de Goiânia e a 270 km de Brasília, e a nova subseção atenderá também 40 municípios vizinhos.

Para conduzir os trabalhos da Subseção Judiciária de Uruaçu, o juiz federal Eduardo Luiz Rocha Cubas contará com 20 servidores para auxiliá-lo, dos quais onze foram empossados minutos antes da instalação da vara, na presença do presidente Olindo Menezes e do diretor da SJGO, Carlos Augusto Tôrres Nobre.

O evento aconteceu na Câmara municipal. O presidente Olindo Menezes afirmou, na ocasião, que o atendimento aos jurisdicionados deverá ser iniciado no final de janeiro, data em que finalizarão todas as medidas operacionais na sede da Subseção Judiciária. Com relação à demanda na Vara Federal, o presidente afirmou. “Aqui teremos uma demanda relativamente grande, mas que será balanceada pela Corregedoria de



RAMON PEREIRA

forma que o juiz e os servidores deem os primeiros passos, para que se possa aumentar a carga de trabalho gradativamente.”

A jurisdição da Subseção Judiciária de Uruaçu abrange, além de Uruaçu, os seguintes municípios: Alto Horizonte, Amaralina, Barro Alto, Bonópolis, Campinaçu, Campinorte, Campos Verdes, Carmo do Rio Verde, Ceres, Colinas do Sul, Crixás, Estrela do Norte, Formoso, Guarinos, Hidrolina, Ipiranga de Goiás, Itapaci, Mara Rosa, Minaçu, Montividiu do Norte, Mundo Novo, Mutunópolis, Niquelândia, Nova América, Nova Crixás, Nova Glória, Nova Iguaçu de Goiás, Novo Planalto, Pilar de Goiás, Porangatu, Rialma, Rubiataba, Santa Isabel, Santa Rita do Novo Destino, Santa Teresa de Goiás, Santa Teresinha de Goiás, São Luís do Norte, São Miguel do Araguaia, Trombas e Uirapuru.

15 de dezembro - Brasília/DF

A Seção Judiciária do Distrito Federal já conta com mais uma vara de Juizado Especial Federal (JEF). Foi instalada, no dia 15 de dezembro, a 27.^a Vara, a única destinada ao DF pela Resolução n.º 102, de 14 de abril de 2010, do Conselho da Justiça Federal. Agora, a seccional do DF conta com cinco varas de juizado no total. A Vara terá como titular o juiz federal Roberto Carvalho Veloso. A inauguração foi feita pelo presidente do Tribunal, desembargador federal Olindo Menezes, ao lado da diretora do Foro, juíza federal Daniele Maranhão Costa.

O presidente Olindo Menezes falou de sua satisfação em instalar a 27.^a Vara, a 18.^a vara por ele instalada neste ano, especialmente por ser esta uma vara de JEF. **“Nós juízes antigos não nos preocupávamos muito, ao decidir o litígio, com a inserção social na nossa decisão, mas o clamor das classes menos favorecidas começou a ser ouvido, a ideia de inserção social atingiu a Justiça também”**. Para ele, os JEFs são uma

espécie de redenção da Justiça Federal, especialmente por atingirem uma camada menos privilegiada da sociedade. “É lógico que quando o juiz decide sempre litígios ele não tem o cofre nacional para ficar distribuindo benesses, mas naquilo que ele decide, se ele puder cultivar valores, se ele puder fazer realizar um direito social, isso aí engrandece muito a prestação jurisdicional”, afirmou o presidente.

A diretora do Foro, juíza federal Daniele Maranhão Costa, disse ser aquele um momento muito especial para a seccional do DF e para a Justiça Federal como um todo. Ela chamou a atenção dos presentes para o acervo processual da Seccional, de mais de 120 mil processos, lembrando que 47 mil desses

pertencem exclusivamente aos JEFs. “O momento é de confraternização e júbilo, mas exige reflexão e norte para o futuro. Precisamos de mais, muito mais.” Segundo ela, os Juizados Especiais são a representação da vontade da Justiça Federal em viabilizar e tornar acessível a justiça. “Esse movimento de crescimento é tão somente o resultado de um momento que parece dar certo, mesmo diante do acúmulo de processo



sabe-se que longe de dividir a carga de trabalho das demais varas, o Juizado abre uma nova via de justiça, é a justiça em meio ao cidadão, justiça rápida, a justiça simples”, disse.

Prestigiaram a solenidade, entre outras autoridades civis e militares, o corregedor regional da Justiça Federal da Primeira Região, desembargador federal Cândido Ribeiro, os desembargadores federais Maria do Carmo Cardoso e Reynaldo Fonseca, juízes federais, o diretor-geral do TRF, Felipe dos Santos Jacinto, o assessor especial da Presidência, Euvaldo Pinho, a diretora da secretaria administrativa da SJDF, Loíla Barbosa Aguiar de Almeida, diretores e servidores da Justiça Federal.

17 de dezembro - Bacabal/MA

Bacabal e mais 23 municípios do Maranhão contam com os serviços da Justiça Federal. Instalada em 17 de dezembro, a Subseção Judiciária de Bacabal abriga uma vara mista, apta a receber processos cíveis, criminais e de juizado especial.

Ao discursar, o presidente do Tribunal Regional Federal da 1.^a Região, desembargador federal Olindo Menezes, lembrou que esta foi a 19.^a vara federal inaugurada em 2010 e declarou que, apesar do cansaço, o sentimento era de dever cumprido, por ser esta a última da lista. Ele falou da expectativa de crescimento da Justiça Federal até 2014 e agradeceu o empenho e a dedicação de todos que tornaram possíveis as realizações do ano.

A solenidade de instalação foi comandada pelo presidente Olindo Menezes e pelo diretor do foro da Seção Judiciária do Maranhão, juiz federal José Carlos do Vale Madeira.



Estiveram presentes, ainda, o corregedor regional da Justiça Federal da 1.^a Região, desembargador Cândido Ribeiro, o juiz titular da Subseção, Neian Milhomem Cruz, o vice-governador do estado, João Alberto, o prefeito de Bacabal, Raimundo Nonato Lisboa, entre outras autoridades. ■

III Seminário de Estudos Jurídicos da Amazônia Ocidental

EVENTO ANUAL PROMOVE DEBATE DE TEMAS JURÍDICOS E APRESENTA PRÁTICAS NO ÂMBITO DO PODER JUDICIÁRIO

ANTÔNIO SERPA/SJRO

A Justiça Federal de Rondônia realizou, no início da primeira semana do mês de dezembro, o III Seminário de Estudos Jurídicos da Amazônia Ocidental. O evento, que teve o apoio da Caixa Econômica Federal, visou promover a exposição de ideias e de práticas jurídicas implementadas no âmbito do Poder Judiciário e de órgãos afins, procurando realçar a eficiência tanto do Poder Judiciário quanto de outras agências institucionais que operam com o direito.

A meta geral é fazer que as instituições judiciárias e afins estejam em harmonia com as transformações sociais, econômicas, políticas e culturais que hoje são vivenciadas pela comunidade rondoniense, procurando colocar o serviço prestado pela Justiça no mesmo ritmo e nível de desenvolvimento que sacode a capital do único estado brasileiro com índice quase zero de desemprego. Para alcançar esse objetivo, a instituição vem investindo na realização anual do debate em torno de grandes temas jurídicos, enriquecendo a visão e a experiência dos operadores do direito que prestam serviço à comunidade local. O seminário foi coordenado pela juíza federal Carmen Elizangela Dias Moreira de Resende e oficialmente aberto pelo juiz diretor do foro, Herculano Martins Nacif, e pelo conselheiro, do CNJ, desembargador federal Leomar Amorim.

O III Sejai teve início com a palestra “Administração da vara e do processo”, proferida pelo juiz federal Novély Vilanova da Silva Reis, da 8.ª Vara do Distrito Federal. A desembargadora federal Maria Cesarineide de Souza Lima, presidente do Tribunal Regional do Trabalho da 14.ª Região, discorreu sobre o tema “Administração da Justiça”. Depois do *coffee-break*, os trabalhos foram retomados com a palestra “Simplificação de procedimentos e perícias no Juizado Especial Federal”, pelo juiz federal Marcelo Eduardo Rossitto Bassetto, da 2.ª Vara da Seção Judiciária do Estado do Acre.

O segundo dia de Sejai foi aberto com o painel “Questões práticas sobre o tratamento destinado às entidades públicas na condição de partes nos Juizados Especiais Federais”, apresentado pelo juiz federal substituto Alexandre Henry Alves, da 4.ª Vara do JEF/RO. O vice-presidente do Tribunal de Justiça de Rondônia, desembargador Marcos Alaor Diniz Grangeia, esteve no Seminário de Estudos Jurídicos para falar sobre “A Justiça Rápida e Itinerante: um caso de amor pelo jurisdicionado”. Na tarde do dia 2 de dezembro, aconteceu a última palestra do Sejai/2010, cabendo ao juiz federal José Carlos Machado Junior, da 32.ª Vara Federal da Seção Judiciária do Estado de Minas Gerais, explanar sobre o tema “A Eficiência na Administração da Justiça”. ■



Seminário promove discussão de grandes temas jurídicos

Assinado contrato e autorizado o início da 3.ª etapa das obras da nova sede

EMPRESA TERÁ 20 MESES PARA CONCLUSÃO DA ETAPA

IVANI MORAIS E JULIANA CORREA

O presidente do Tribunal Regional Federal da Primeira Região, desembargador federal Olindo Menezes, assinou, no dia 27 de dezembro, contrato com a empresa Engefort Construtora Ltda, vencedora da Concorrência n.º 1/2010, para dar prosseguimento às obras de construção da nova sede do Tribunal.

Desde meados de outubro, a Comissão Especial de Licitação (CEL) do TRF da 1.ª Região, presidida pelo secretário-geral da Presidência, Joseny Marques Freire, e integrada pelos servidores Maria Cristina Turnes, diretora da Divisão de Material e Patrimônio (Dimap), Carlos Tadeu da Rocha, oficial de gabinete da Assessoria Jurídica (Asjur), e Elizete Ferreira Costa, membro da Comissão Permanente de Licitação (CPL), vem trabalhando nos procedimentos licitatórios que culminaram na escolha da empresa, a qual preencheu todos os requisitos exigidos pela modalidade de concorrência.

De acordo com a Ordem de Execução de Serviço 234/2010, de 03/01/2011, assinada pelo presidente Olindo Menezes, a contratada foi autorizada e iniciou os serviços no dia 10 de janeiro. Esta será a terceira etapa da obra da nova sede do Tribunal, relativa à complementação das fundações e dos elementos estruturais. O contrato com a Engefort inclui despesas com fornecimento de material, fretes, mão de obra, equipamentos, assistência técnica, administração, cessão técnica, licenças inerentes às especialidades, inclusive encargos sociais, tributos e seguros, necessários para a



Dirigentes prestigiam momento da assinatura do contrato



Presidente Olindo Menezes (à dir.) com representante da empresa Engefort Construtora Ltda., vencedora da licitação

execução dos serviços.

A previsão é que esta etapa seja concluída em 20 meses, a contar do início das obras. O presidente Olindo Menezes, durante a assinatura do contrato, ressaltou a importância do momento para o Tribunal e sua administração. “O dia de hoje é histórico, já que estamos tendo a oportunidade de dar mais um passo à frente em relação a esta obra, fazendo o que deve ser feito com um cuidado extraordinário”, afirmou o presidente, manifestando, ainda, seu desejo: “Que o contrato seja concluído e que a empresa seja parceira, pois o sucesso dela será o sucesso da obra”.

O representante da Engefort, Leonardo Nunes Gonçalves, garantiu ao presidente Olindo e aos presentes – o diretor-geral do TRF/ 1.ª Região, Felipe dos Santos Jacinto, o diretor da Secretaria de Administração, Rüter Roberto Ramos, o assessor jurídico da Diretoria-Geral, Agamenon dos Santos, o diretor de engenharia e manutenção, José Murilo Cruz Brito, a diretora da Divisão de Contratos, Neuza Ortiz, o engenheiro Luiz Otávio Montezuma, e o membro da Comissão de Licitação Carlos Tadeu da Rocha (foto) – que a empresa atuará de forma transparente e compromissada. “Estamos há nove anos no mercado e, neste pouco tempo, já atuamos em obras públicas de grande visibilidade. Será uma honra dar continuidade à obra do TRF/ 1.ª Região”, disse. ■

FOTOS:BRITO JÚNIOR

I Jornada de Direito Constitucional da Esmaf

EVENTO PROMOVE DEBATE E TROCA DE EXPERIÊNCIAS

CHRISTIANNE CALLADO/SECOS MG

A I Jornada de Direito Constitucional da Escola de Magistratura Federal da Primeira Região (Esmaf) ocorreu entre os dias primeiro e 3 de dezembro, em Belo Horizonte. O evento foi promovido em parceria com a Seção Judiciária de Minas Gerais.

Durante os três dias da jornada de estudos, cerca de 50 juízes federais de todas as seções judiciárias da Primeira Região assistiram a oito palestras com especialistas em Direito Constitucional, trocaram experiências e debateram temas polêmicos da atualidade, tais como a bioética à luz do Direito Constitucional; a nova hermenêutica constitucional; controle de constitucionalidade no direito brasileiro; ações afirmativas e direitos sociais; pragmatismo; eficácia do direito à saúde e colisão de direitos fundamentais.

O objetivo da jornada foi provocar a reflexão e oferecer aos magistrados possibilidades de aplicação prática dos conhecimentos teóricos adquiridos.

Debate sobre bioética marcou o primeiro dia da Jornada

A jornada de estudos teve início com a conferência “Os Princípios Constitucionais da Bioética na Lei Fundamental Brasileira”, apresentada pela ministra do Superior Tribunal



Militar Maria Elisabeth Guimarães Teixeira Rocha.

A conferencista explicou à plateia que “a bioética nasce como uma resposta da cultura contemporânea às implicações morais das técnicas das ciências biomédicas”, pois a realização de pesquisas por profissionais da área de saúde envolve, em grande parte, seres humanos. Por essa razão, segundo a ministra, quatro princípios fundamentais foram elencados, que devem, obrigatoriamente, ser respeitados: o princípio da não maleficência, o da beneficência, o respeito à autonomia e o princípio da justiça.

A ministra lembrou aos presentes que “duvidosos caminhos foram percorridos na história da humanidade”, tornando necessário o exame das experiências médicas à luz dos princípios e valores éticos e à luz do Direito.

O último dia da jornada foi marcado pelas palestras dos professores Dirley da Cunha Júnior (“O Sistema Brasileiro de Controle de Constitucionalidade: a Evolução dos Modelos de Controle e a Dialética entre o Controle Incidental e Principal”) e George Marmelstein (“Colisão de Direitos Fundamentais”).

O professor George Marmelstein procurou, na conferência, ressaltar as dificuldades que, muitas vezes, pesam sobre os magistrados, quando estão diante de problemas



Ministra do STM Maria Elisabeth Rocha; desembargador federal e diretor da Esmaf da 1.ª Região, Moreira Alves; diretor do foro da SJMG, juiz federal Itelmar Evangelista

jurídicos em casos concretos, nos quais a decisão poderá ser baseada em escolhas valorativas que se chocam. “Eu procurei desenvolver algumas técnicas para solucionar esses casos em que existem dois valores constitucionais em conflito”, informou o especialista.

Durante o encontro, foi entregue aos palestrantes – e divulgada entre os participantes – a compilação da produção intelectual dos eventos da Esmaf, editada em dois volumes.

Intercâmbio de ideias

Na solenidade de encerramento da jornada, o diretor da Esmaf – desembargador federal Carlos Moreira Alves, fez uma série de agradecimentos: “aos conferencistas, que possibilitaram esse intercâmbio de ideias nesse pequeno espaço de tempo; aos magistrados, por seu comprometimento; ao Tribunal (TRF da 1.ª Região) e aos patrocinadores, que tornaram possível esse evento, que investem e esperam que nós possamos prestar uma jurisdição melhor, dentro das limitações materiais e humanas; à valiosa equipe da Esmaf; aos juízes federais e servidores da Seção Judiciária de Minas Gerais e, na representação ilustre do diretor do foro, Dr. Itelmar, ao povo mineiro, que tão bem nos recebeu, de coração aberto”.

O juiz federal diretor do foro da seccional de Minas Gerais, Itelmar Raydan Evangelista, encerrou oficialmente o evento, elogiando a riqueza dos temas escolhidos e agradecendo ao diretor da Esmaf: “V. Ex.ª foi sábio ao dizer que um evento deste se faz através da cooperação de muitos. Foram três dias e oito temas debatidos, extremamente atuais. Percebi a presença maciça de todos. O objetivo mais importante dessa jornada foi o de despertar-nos para a necessidade de nos aproximarmos dessas questões”.

Referindo-se ao tema que alinhavou todos os assuntos debatidos durante a jornada – o complexo processo da tomada de decisão pelo magistrado – o diretor de foro Itelmar Evangelista destacou que, mesmo diante de aspectos polêmicos, o juiz não tem alternativa: tem que decidir, pois a parte quer uma resposta. “E sabemos o quão é difícil decidir. Isso ficou muito claro para mim durante as palestras”, disse.

O magistrado concluiu enfatizando: “A Seção Judiciária de Minas Gerais é que agradece à Esmaf, por ter sido escolhida para sediar esse evento. A riqueza de conteúdo e a vontade de participação de todos é que nos faz perceber sua utilidade e nos faz acreditar que podemos contribuir, ao sediarmos esse fórum de discussão tão elevado” – concluiu. ■

LIDERANÇA

Aplicação do enfoque do modelo de excelência em gestão da FNQ na Justiça Federal

▼ POR VÂNIA FERNANDES (SJ/MT) E
MÁRCIO ALBUQUERQUE (SECOR)

Desde a década de 90, vêm-se desenvolvendo na Administração Pública brasileira ações que visam ao estímulo rumo a uma perspectiva voltada para o cidadão. A professora e pesquisadora Tânia Keinert tratou desse tema, por meio do termo sociocêntrica, que posiciona a sociedade como centro da ação organizacional pública.

Dentre as instituições que debatem e disseminam conhecimento sobre excelência em gestão, destacaram-se 39 – públicas e privadas –, as quais criaram, em 1991, a Fundação Nacional da Qualidade – FNQ.

Um dos 11 fundamentos do Modelo de Excelência da Gestão® instituído pela FNQ é a liderança. Esses fundamentos são reconhecidos internacionalmente e refletem as transformações tecnológicas, econômicas e sociais do século XXI. Também o GESPÚBLICA, o Programa Nacional de Gestão Pública e Desburocratização, lançado pelo governo federal em 2005, tem seus fundamentos e critérios fortemente alinhados com os da FNQ.

O critério e o fundamento da excelência em liderança preconizam a forma aberta, democrática e inspiradora da atuação do líder, em todos os níveis, na organização. Visam, ainda, ao desenvolvimento da cultura desse quesito como

fonte de motivação, à promoção de relações de qualidade e à proteção dos interesses das partes.

A liderança trata do comprometimento dos líderes, e não dos chefes – que retratam a herança burocrática –, com formas efetivas de governança (capacidade em obter resultados a partir dos recursos disponíveis), com os valores e princípios da organização, além das estratégias e da promoção do sistema de gestão para a excelência. Destacadamente, promove a criação de um ambiente organizacional que estimule as pessoas a buscar e realizar um propósito comum e duradouro.

O critério está organizado em três temas principais: governança corporativa, exercício da liderança e análise do desempenho da organização.

A Governança Corporativa aborda a formação e atuação dos líderes, representantes de partes interessadas, comunidades, para aprimorar o nível de confiança entre as partes, em condições de impactar favoravelmente o valor, a sustentabilidade financeira, social e ambiental e a imagem da organização.

O segundo tema, o Exercício da Liderança, aborda a interação da direção com as partes interessadas, as mudan-



INTERNET

ças culturais, a diversidade de ideias necessárias à busca da excelência, baseada no conjunto de valores e princípios compartilhados entre a direção e a força de trabalho em coerência com as propostas da governança.

A Análise do Desempenho da Organização aborda, além do atendimento aos principais requisitos das partes interessadas, o trabalho do líder, se está alinhado ou não com a estratégia organizacional.

Os três temas entrelaçam-se perfeitamente com o método de gerenciamento de projetos. O líder maior se ajusta à figura do patrocinador. O exercício da liderança é pré-requisito do gerente. E, por fim, é também por meio dos indicadores dos projetos que se mede a performance organizacional.

Em 2007 a FNQ lançou uma pesquisa inédita intitulada “Liderança em uma Sociedade em Transformação”, que visou promover uma reflexão sobre o tema, em um cenário de novos paradigmas, e conseguiu obter um amplo diagnóstico sobre o tratamento conferido pelas organizações brasileiras a esse tema.

Os principais resultados apontaram uma concordância quase absoluta dos líderes de que as organizações são

sistemas vivos e que hoje operam cada vez mais sobre a forma de redes dinâmicas e abertas. Mas a distância entre o que os entrevistados consideram de grande importância para a organização e o impacto dela no funcionamento das instituições ainda é grande. Aqui encontramos um *gap* (lacuna) que gera oportunidade para o desenvolvimento de um novo projeto!

Nesse cenário, a figura do líder emerge como fundamental na perseguição de objetivos da organização em que relações colaborativas são tão ou mais importantes que as competitivas. O novo líder sai da antiga imagem vertical do chefe autoritário e controlador para um tipo de *coach* (mentor, orientador) que, ajustando o foco das ações, envolve as pessoas e dissemina valores; um catalisador, que faz as coisas acontecerem pela sua simples presença; e um símbolo, aquele que representa e evoca a organização, dentro e fora dela.

Não seria interessante trazer essa reflexão sobre o tema “liderança” e também sua repercussão organizacional para o nosso ambiente? Qual seria o resultado dessa análise? A reflexão sobre o tema é um passo no caminho desse desafio. ■

Em 2011 des



“O ENTUSIASMO DE CADA UM EM SER FELIZ SEJA MAIOR A CADA DIA! E QUE A FELICIDADE CONTAGIE NOSSO AMBIENTE DE TRABALHO!”

EQUIPE DO GABINETE DA
PRESIDÊNCIA/TRF 1.ª REGIÃO



“A MESMA TRANSPARÊNCIA QUE NORTEIA NOSSAS PUBLICAÇÕES REVELE O QUE HÁ DE MELHOR EM CADA UM. E QUE, TAL QUAL NOSSO PRAZER DE LEVAR A INFORMAÇÃO MAIS ÚTIL E PRECISA, A SATISFAÇÃO DE TODOS OS COLABORADORES DA JUSTIÇA FEDERAL SEJA SENTIDA POR QUEM DESTA SE SERVE”

EQUIPE DA ASSESSORIA DE
COMUNICAÇÃO/TRF 1.ª REGIÃO

“EM 2011, DESEJAMOS O RESGATE DA DIGNIDADE E DA VALORIZAÇÃO DO SERVIDOR DO JUDICIÁRIO.”

FRANCISCO VASCONCELOS/SJTO

desejamos que...



“A JUSTIÇA FEDERAL POSSA POTENCIALIZAR, CADA VEZ MAIS, A SINGULARIDADE DE TALENTOS, A INTERAÇÃO GRUPAL E A SINERGIA ENTRE AS UNIDADES DE TODA A PRIMEIRA REGIÃO, NA BUSCA DE IMPORTANTES REALIZAÇÕES NO ANO QUE SE INICIA.”

EQUIPE DA SECRETARIA DE RECURSOS HUMANOS/
TRF 1.ª REGIÃO

“POSSAMOS ZELAR AINDA MAIS POR
SUA SEGURANÇA”

EQUIPE DA DIVISÃO DE SEGURANÇA/
TRF 1.ª REGIÃO



“A TODOS UM FELIZ NATAL E UM PRÓSPERO ANO CHEIO DE SONHOS
E REALIZAÇÕES”

EQUIPE DA ATERMAÇÃO/SJGO

Em 2011 des



“A JUSTIÇA E A PAZ SOCIAL PREDOMINEM NO COTIDIANO DA POPULAÇÃO DE GUAJARÁ-MIRIM E NOVA MAMORÉ”.

JUIZ FEDERAL RODRIGO DE GODOY MENDES
SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DE GUAJARÁ-MIRIM/RO E EQUIPE

“OS SERVIDORES E MAGISTRADOS DA JUSTIÇA FEDERAL RECONHEÇAM A BIBLIOTECA COMO UMA FONTE DE INFORMAÇÃO IMPERATIVA PARA SEUS TRABALHOS DE PRESTAÇÃO JURISDICIONAL.”

EQUIPE DA SEÇÃO DE BIBLIOTECA/SJPI



“A EQUIPE DA ASREP FAZ VOTOS DE QUE O AMOR E A HARMONIA QUE SE RENOVAM NO NATAL SEJAM PRENÚNCIO DE UM NOVO ANO DE MUITAS ALEGRIAS E CONQUISTAS”

EQUIPE DA ASSESSORIA DE REPRESENTAÇÃO
E PROGRAMAÇÃO SOCIAL/TRF 1.ª REGIÃO



sejamos que...



“TODOS PONHAM SEUS ESTUDOS EM DIA. CONTEM CONOSCO PARA ISSO”

EQUIPE DA SEÇÃO DE BIBLIOTECA/SJBA



“A SAÚDE, A PAZ E A ALEGRIA SEJAM CONSTANTES EM SUA VIDA”.

EQUIPE DO GABINETE DA DESEMBARGADORA ASSUETE MAGALHÃES/TRF. 1ª REGIÃO

Em 2011 des



“AS PALAVRAS E AS ATITUDES SEJAM POSITIVAS E QUE O CAMINHO PERCORRIDO SEJA NORTEADO PELA TRANSPARÊNCIA E PELA VERDADE.”

EQUIPE DA SEÇÃO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL/SJMA

“SEJA O INICIO DA CONSTRUÇÃO DE UM NOVO CAMINHO DE AMOR, ALEGRIA E ESPERANÇA... AGRADECEMOS A TODOS POR UM ANO DE TRABALHO, COOPERAÇÃO, CONFIANÇA E DEDICAÇÃO.”

EQUIPE DE RECURSOS HUMANOS/SJRR



“QUE A SAÚDE DE TODOS SEJA FRUTO DA PARTICIPAÇÃO E COMPROMISSO DE CADA UM.”

EQUIPE DA SEÇÃO DE SAÚDE OPERACIONAL/
TRF 1.ª REGIÃO

desejamos que...

“A 2.ª VARA FEDERAL DE ITABUNA SEJA
INSTALADA”

EQUIPE DA 4.ª VARA DO JEF/SSJ DE
ITABUNA/BA



“NOSSOS CORAÇÕES ESTEJAM ABERTOS
AO AMOR, COMPANHEIRISMO, AMIZADE,
SENSIBILIDADE E CARINHO COM NOSSOS
FAMILIARES, AMIGOS E COLEGAS.
FELIZ NATAL E UM 2011 REPLETO DE PAZ.”

EQUIPE DA SEÇÃO JUDICIÁRIA DE RORAIMA



*Em 2011 desejamos que nossos corações estejam
abertos ao amor, companheirismo, amizade,
sensibilidade e carinho com nossos familiares,
amigos e colegas.*

Feliz Natal e um 2011 repleto de Paz.

São os Votos da Seção Judiciária de Roraima

Em 2011 des



“ASSIM COMO O NATAL SIGNIFICA O NASCIMENTO DE CRISTO, O NASCIMENTO DA JUSTIÇA FEDERAL EM URUAÇU SIGNIFICA MAIS UM PASSO PARA A CONTRIBUIÇÃO DA PAZ SOCIAL. FELIZ NATAL A TODOS OS SERVIDORES E SUAS FAMÍLIAS. MUITA SAÚDE EM 2011.”

JUIZ FEDERAL EDUARDO LUIZ ROCHA CUBAS
SSJ DE URUAÇU/GO

“PENSAMENTOS E ATIVIDADES SAUDÁVEIS NA CONSTRUÇÃO DO SEU DIA A DIA. CONTEM CONOSCO!”

EQUIPE DA DIVISÃO DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE -
TRF/ 1.ª REGIÃO



“EM 2011 DESEJAMOS QUE SEJA UM ANO DE MUITA SAÚDE”.

EQUIPE DA SECRETARIA DE BEM-ESTAR
SOCIAL TRF/ 1.ª REGIÃO



desejamos que...

“A INTEGRAÇÃO FAÇA A DIFERENÇA NO ANO DE 2011!”

EQUIPE DO JEF/4.^a VARA, NUCOD, SELEP E SEDER/SJRO



“QUE AO BATER DO MARTELO DO JUIZ MAIOR SEJA DETERMINADA A CELERIDADE NAS REALIZAÇÕES DE NOSSOS SONHOS, NESTE NATAL E NO ANO VINDOURO.”

EQUIPE DO JEF/SJAP

“O ANO SEJA DE APRENDIZADO, ALEGRIA E CONQUISTAS, E QUE POSSAMOS AGRADECER A CADA DIA O PRESENTE QUE É PODERMOS VIVER EM PAZ COM NÓS MESMOS E COM NOSSOS FAMILIARES E COLEGAS. OLHEMOS PARA A FRENTE, ESTABELECENDO METAS E SONHOS, TRAÇANDO PLANOS E PROJETOS. MAS NÃO DEIXEMOS DE OLHAR PARA O ANO QUE PASSOU, POIS LÁ ESTÃO REGISTRADOS OS OBSTÁCULOS QUE FORAM SUPERADOS, E É NOSSO PONTO DE REFERÊNCIA PARA VER O QUE GANHAMOS, PERDEMOS, MAS APRENDEMOS. E LEMBREM-SE: NÃO EXISTE UM CAMINHO PARA A FELICIDADE. A FELICIDADE É O CAMINHO”.

EQUIPE DA DIVISÃO DE BIBLIOTECA /TRF 1.^a REGIÃO



Projeto Doe Sangue, Doe Vida recebe unidade móvel do Hemocentro no TRF

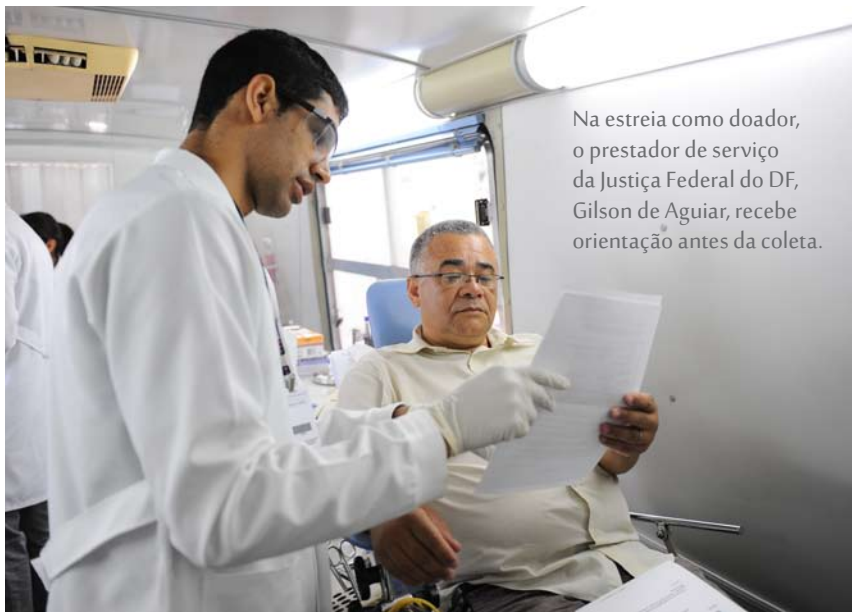
RESULTADO SATISFATÓRIO: EM APENAS QUATRO HORAS DE
PERMANÊNCIA NO TRIBUNAL, NOVE LITROS FORAM COLHIDOS

No encerramento das atividades do Setor de Serviço Social do Tribunal Regional Federal da Primeira Região e da Seção Judiciária do DF, no dia 2 de dezembro, das 8 às 12h, a unidade móvel da Fundação Hemocentro esteve no edifício-sede do TRF. A doação, marcada por solidariedade, contou com 30 cadastrados, dos quais 20 efetivaram o processo e 10 foram considerados inaptos por meio de exame médico. Além disso, 10 dos 20 doadores de sangue também se inscreveram no Registro de Doadores de Medula Óssea, Redome.

Um dos doadores, o prestador de serviços Gilson de Aguiar, 52, viveu a emoção de se superar na sua estreia como doador: “Tenho medo de agulha desde a infância, nem sei como estou aqui”. Ele contou que por inexperiência sentiu medo, mas, com a oportunidade, isso passou, e revelou que o procedimento é rápido, cerca de 10 minutos. “Se eu soubesse tinha doado outras vezes. Não senti nada, estou surpreso. Já tive colegas de trabalho que precisaram, mas por medo da agulha não ajudei”, afirmou com timidez o prestador de serviços, que agora pretende doar sangue mais vezes.

A encarregada do setor de Serviço Social do Tribunal, Ângela Paes, disse que, assim como no ano de 2010, a visita da unidade móvel, no próximo ano, deve acontecer duas vezes, uma em cada semestre. A assistente social fez um balanço positivo das atividades promovidas pelo projeto Doe Sangue, Doe Vida neste ano. Para 2011, o setor quer enfatizar o Redome, realizando campanhas de conscientização com mais informações sobre a doação de medula óssea.

“Melhor que encaminhar servidores para doação é o assunto estar em voga no Tribunal. O maior objetivo da



Na estreia como doador, o prestador de serviço da Justiça Federal do DF, Gilson de Aguiar, recebe orientação antes da coleta.

campanha é fazer o servidor refletir que ele faz parte de uma sociedade e, portanto, é necessário que ele se conscientize sobre a importância da doação de sangue e de órgãos também”, declarou Ângela Paes (foto).

A unidade móvel do Hemocentro é um ônibus adaptado onde trabalham sete profissionais – médico, enfermeiros e assistentes. Possui capacidade de atender 40 pessoas por evento, mas esse número não é alcançado frequentemente. A médica responsável pela unidade, Leonilda Marion, 34, alertou: pessoas que estejam usando medicamentos, tenham feito viagens para área endêmica de malária há menos de seis meses, estejam amamentando e que tenham feito tratamentos odontológicos de canal menos de 15 dias antes, ou implante, há menos de seis meses, não podem doar. Além disso, é recomendado que a pessoa lanche antes da doação, porém os alimentos não podem ser gordurosos.

O chefe da enfermagem das campanhas externas, Leonardo Reis, 26, trabalha na área de doação desde maio de 2010. Ele disse que é gratificante trabalhar com a vontade de ajudar ao próximo. Cadastrado no Redome, Leonardo tem vontade de ser chamado para contribuir no tratamento de alguém. Ele explicou que as bolsas de sangue coletadas na ação do projeto Doe Sangue, Doe Vida têm como destino o estoque do Hemocentro, e, quando solicitadas, serão encaminhadas para o necessitado.

A assistente social da Seção Judiciária do DF, Suzana Lupas, 33, considerou muito importante a parceria com o TRF, pela possibilidade de mobilizar mais pessoas. “Sei o quanto é importante doar. Trabalho no Hospital Regional da Ceilândia e vejo que esse ato pode tirar uma pessoa de uma situação grave de saúde”. ■



FOTOS: BRITO JÚNIOR

Parceria Cojef-Cenag promove estudos para tornar JEFs mais rápidos e eficientes

EM BUSCA DE ROTINAS DE TRABALHO TRANSFORMADORAS, COJEF E CENAG QUEREM REUNIR E AVALIAR AS BOAS PRÁTICAS DISSEMINADAS NA 1.ª REGIÃO

CHICO CAMARGO

Estudo efetuado pelo Centro de Estudos e Apoio à Gestão Organizacional (Cenag) – órgão da Diretoria-Geral do Tribunal Regional Federal (TRF) da 1.ª Região – para propiciar mais celeridade e eficiência na prestação jurisdicional dos JEFs terá prosseguimento em 2011, segundo informou o coordenador dos Juizados Especiais Federais da 1.ª Região, desembargador federal Tourinho Neto.

O primeiro resultado foi apresentado aos juízes que participaram da II Jornada de Integração dos Juizados Especiais Federais (JEFs) da 1.ª Região, na forma de um fluxograma que mostra um modelo de rotina de trabalho proveniente de *workshop* feito na Seção Judiciária do Distrito Federal. Ainda durante a Jornada, evento promovido pela Coordenação dos Juizados Especiais Federais (Cojef) da Primeira Região que teve lugar no auditório da Escola de Magistratura Federal (Esmaf) da 1.ª Região nos dias 16 e 17 de dezembro de 2010, Tourinho Neto disse que “o estudo será de grande valia para a uniformização e otimização das práticas no Juizado”. Segundo o magistrado, “o fim maior é prestar uma jurisdição simples, célere, econômica e, acima de tudo, informal”.



Juizados Especiais Federais
A Justiça de todos

Dessa forma, o Cenag está fazendo levantamentos, colhendo mais dados e informações oriundas de varas federais da Primeira Região que adotaram procedimentos inovadores, conhecidos como “boas práticas”, que tenham alcançado resultados positivos na redução do tempo de tramitação e conclusão dos processos julgados.

Tudo isso resultará em novo fluxograma a ser encaminhado aos juízes e diretores de secretaria dos JEFs para que façam uma avaliação, critiquem e apresentem sugestões que possam aperfeiçoar ainda mais as rotinas de trabalho.

“Após o recebimento do material, será feita uma análise das práticas de consenso e daquelas que entendermos serem boas para fazer um novo material, a fim de que possamos sugerir a adoção das medidas e, também, a uniformização dos procedimentos para todas as varas dos JEFs”, explica o juiz-coordenador.

Por fim, ao ser indagado sobre os próximos passos a serem dados rumo à conclusão do estudo e à implantação das novas rotinas de trabalho, o desembargador Tourinho revelou seus planos: “Ainda não há uma agenda para isso (implantação). Mas pensa a Cojef que até o final de março, no mais tardar, esse estudo estará pronto. Após essa etapa, a Cojef elegerá uma vara piloto, para que possa ser feita a análise dos resultados em um determinado período de tempo. A Cojef avaliará se as medidas estão sendo eficientes e se, de fato, devem ser implantadas”.

Participaram, ainda, da Jornada a secretária executiva da Cojef, Maria Regina Lara Ferreira, que falou sobre o Regimento Interno das Turmas Recursais e dos Juizados Especiais Federais, a diretora da Coordenadoria de Execução Judicial (Corej) do TRF, Leila Maria Moreira, o defensor público da União, Alessandro Tertuliano Pinto, diretores de secretaria de varas federais, diretores do Cenag, servidores do TRF e das seções judiciárias. ■

Missa Natalina

NÚNCIO APOSTÓLICO DOM LORENZO BALDISSERI CELEBRA A TRADICIONAL MISSA NO SALÃO NOBRE DO TRF/ 1.ª REGIÃO

RAÍSSA CAPIBARIBE

No dia 9 de dezembro, como ocorre tradicionalmente no Tribunal, foi celebrada missa de Natal, no Salão Nobre da Corte. Após a missa, foi oferecido, no *hall* do Plenário, um *brunch*, mistura de café da manhã (*breakfast*) e almoço (*lunch*) para todos os participantes, aproximadamente 150 pessoas.

Celebrada pelo núncio apostólico Dom Lorenzo Baldisseri, a missa contou com a presença do presidente Olindo Menezes, dos desembargadores federais Assusete Magalhães, Tolentino Amaral e Carlos Mathias, do juiz federal em auxílio à Presidência, José Alexandre Franco, do diretor-geral Felipe dos Santos, do secretário-geral Joseny Freire, e do secretário especial da P

residência, Euvaldo Pinho, além de juízes federais, servidores, prestadores e estagiários da Casa.

Depois da celebração, o presidente Olindo Menezes agradeceu a presença de todos, principalmente do núncio apostólico, e afirmou que “apesar dos inúmeros compromissos, nada impede que seja reservado um tempo para podermos agradecer”. ■



FOTOS: LUIZ XAVIER



Autoridades, servidores e convidados prestigiam celebração natalina (fotos).



Natal Solidário

AÇÕES PARA FAZER ACONTECER O NATAL DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES CARENTES

RAÍSSA CAPIBARIBE

Mais que em outras épocas do ano, quando chega o Natal o sentimento de solidariedade invade os corações e contagia a todos. Foi impulsionado pelo clima de união e fraternidade que o Tribunal Regional Federal da 1.ª Região, por meio da Assessoria de Representação e Programação Social (Asrep), promoveu, durante o mês de dezembro, a tradicional campanha “Árvore da Solidariedade” para proporcionar um Natal melhor às pessoas mais necessitadas.

Enfeitando o Edifício-Sede II do Tribunal, a árvore recebeu várias botinhas penduradas. Dentro de cada uma delas era colocado o nome de uma criança ou adolescente da instituição ajudada. Para fazer a doação de brinquedos, os doadores voluntários ou “padrinhos” destacavam um nome da botinha e preenchiam um formulário com as informações necessárias, que foi entregue na Asrep juntamente com os presentes.

A instituição selecionada para receber as doações foi a Casa da Criança Batuira, que fica em Ceilândia, cidade localizada no Distrito Federal, do entorno de Brasília. A casa Batuira abriga, aproximadamente, 19 crianças e adolescentes entre 2 e 17 anos e desenvolve um programa de auxílio que busca a reintegração familiar, além de fornecer todos os meios para que os jovens e crianças possam desenvolver-se plenamente.

Pensando em levar àquelas crianças mais alegria e algo que fosse além do material, foi promovida, na entrega das doações, dia 12 de dezembro, uma ação solidária, da qual participaram aproximadamente 20 colaboradores, entre eles servidores, prestadores de serviços e estagiários do TRF/ 1.ª Região. As crianças e adolescentes da instituição Batuira receberam da equipe do serviço médico do Tribunal orientações sobre a maneira correta de fazer a higiene bucal e pessoal, e foram alertadas sobre os perigos da falta



FOTOS: ARQUIVO ASREP

A visita contou com a presença do "Papai Noel", de integrantes do Coral Habeas Cantus e da equipe de odontologia do Tribunal que deu orientações de higiene bucal para a garotada



de higiene. Durante a visita, os colaboradores prepararam também, com os alimentos doados, um café da manhã e um almoço para as crianças. Bolo, pão de queijo, leite, achocolatado e frutas fizeram a alegria da garotada no café, e no almoço foi servida uma galinhada.

Para alegrar ainda mais as crianças, o Coral Habeas Cantus fez uma breve apresentação com músicas natalinas. E, como em toda comemoração de Natal, não poderia faltar a presença do Papai Noel. O bom velhinho apareceu, contagiando todas elas de alegria e distribuindo os presentes doados.

Durante a campanha, também foram doadas roupas, material escolar, artigos de higiene pessoal, roupa de cama, alimentos, entre outros. ■



A servidora Rosana Baioco divide alegria com as crianças da Casa

Conheça a Casa Batuíra.
Acesse o sítio eletrônico:
www.ccbatuir.org.br



2011 - Comece bem e termine melhor!

COM

"Ano novo, vida nova!". Talvez você já tenha escutado isso ou até mesmo dito essa frase, com ótimas expectativas para o ano novo. Mas, depois da virada de ano, essa promessa talvez não chegue convicta nem mesmo ao Dia de Reis – 6 de janeiro –, esvaziando as expectativas, cedendo espaço para frustrações. Normalmente as promessas são boas e fariam muita diferença, para melhor, se fossem realmente implementadas. Então, acreditando que cumpri-las é muito positivo, vamos refletir sobre isso neste primeiro artigo de 2011.

Caro leitor, peço que você se lembre das promessas que fez a você mesmo neste último *rèvellion*. Normalmente elas estão focadas em questões realmente importantes e nem sempre fáceis de implementar, como a de fazer uma alimentação balanceada e exercícios regularmente, deixar de fumar, voltar a estudar, assumir novos comportamentos encarando os problemas com mais tranquilidade e pouca ou nenhuma ansiedade, implicar menos com os filhos ou com o cônjuge, ser mais determinado, dedicar mais horas para se divertir e, se possível, trabalhar um pouco menos... Não sei qual o seu elenco, mas já que estamos iniciando o ano, pergunto: você está cumprindo suas promessas? Caso positivo, PARABÉNS! Continue firme.

Contudo, a maioria das pessoas descumpre, esque-

ce e só volta a pensar nisso novamente na próxima virada de ano! E diz: agora eu vou cumprir... e o ciclo se repete. Acontece que normalmente temos alguma dificuldade em internalizar e mudar o que precisa ser mudado em nós, por isso fazemos essas promessas. Se fosse fácil não seria necessário prometer.

Só que prometer a você mesmo e não cumprir é ruim, pois a mensagem que envia para seu subconsciente é "Eu não cumpro o que prometo, pois não preciso mesmo. Isto não é importante. Eu estou deixando de cumprir a minha palavra só comigo mesmo", entre outras falas internas que não ajudam nem um pouco a resolver as questões em foco. Ser indulgente consigo mesmo pode ser mais fácil, mas isso impede grandes avanços pessoais.

Avalie os benefícios que você terá com o novo comportamento prometido. Essa mudança vale a pena? Então o convido a recuperar a promessa feita e se esforçar para cumpri-la. Aqui vão alguns motivos:

- Se chegou a prometer-se algo é porque já está consciente de que para você será melhor mudar. Provavelmente será positivo também para as pessoas de sua convivência: família, grupo do trabalho e amigos.

- Quando alguém cumpre o que promete, essa pessoa se fortalece, aumenta a autoestima, e isso é muito bom.

portamento

comportamento
comportamento
comportamento

• Descumprir, ao contrário, enfraquece. Seu subconsciente parte do princípio de que você não vai cumprir a sua palavra em nenhuma situação, e isso não é bom. Dessa forma você se enfraquece e aumenta o descrédito em si mesmo. Certamente você não deseja isso.

Se você entendeu a importância de cumprir promessas, comece agora, pois quem honra a palavra é valorizado, considerado confiável, alguém com quem se pode contar. Por que seria diferente quando nos referimos ao compromisso com nós mesmos, não é?

Todos nós queremos ser felizes, viver confortavelmente, melhorar nossa condição de existência. Não vivemos sozinhos. Questões de convívio são importantes para o equilíbrio do ser humano. Então, entendendo a importância de conviver e melhorar a cada dia e a cada ano, sugiro alguns comportamentos que vão ajudar a manter um bom convívio:

- Respeitar as diferenças e capacidades de cada um: ninguém é igual a você.
- Ajudar a quem precisa e ensinar aos que sabem menos que você.
- Apoiar o crescimento dos que estão a sua volta.
- Colaborar com as pessoas e lembrar-lhes os seus êxitos e não só os insucessos.

• Reconhecer o desempenho das pessoas e elogiá-las de forma sincera. Isso as fortalece para próximos desafios.

• Trabalhar com responsabilidades compartilhadas, colaborar com o seu grupo, fazer parte de uma equipe aumenta sua possibilidade de ser feliz.

Resumindo, desenvolver um comportamento generoso e produtivo vai ajudá-lo a ser querido e a se tornar uma pessoa que eleva os sentimentos e comportamentos por onde passa. Em ambientes profissionais, pessoas com esses comportamentos são escolhidas para assumir cargos de liderança e são colegas muito queridos.

Veja bem, a nossa reflexão teve início com um compromisso seu com você mesmo, e chegou ao convívio, generosidade e compromisso com seu grupo. Esses comportamentos não vão resolver todos os seus problemas, mas certamente vão auxiliá-lo a se tornar uma pessoa melhor e alcançar melhores resultados, em todos os sentidos, neste 2011.

Certa disso, eu estou desde já torcendo para que os seus compromissos na próxima virada de ano sejam outros, pois os que você fez recentemente já estarão internalizados, e você, vitorioso. Comece bem e termine melhor! ■

*Professora universitária e consultora organizacional

POR aí

Os dois lados de uma ilha

Navegação proibida

▀ EUVALDO SOARES DE PINHO*

COMPARTILHADA POR DOIS PAÍSES, ELA POSSUI DUPLA PERSONALIDADE. O SUL PERTENCE À HOLANDA, QUE A DENOMINA SAINT MAARTEN, E O NORTE PERTENCE À FRANÇA, A QUAL DÁ A ELA O NOME DE SAINT MARTIN. SUL OU NORTE, NADA SUPERA A ALEGRIA QUE DIVIDO COM VOCÊ, AMIGO LEITOR, DE CONVIDÁ-LO PARA A PRIMEIRA VIAGEM DE 2011, NESTA EDIÇÃO DA PRIMEIRA REGIÃO EM REVISTA.

Tamanho não é documento





A força do mar



Decolagem emocionante

D

entre as velejadas pelo Mar Caribenho, focarei a Ilha de Saint Martin/St. Maarten. Nessa etapa, a nossa base foi nas Ilhas Virgens, que é formada pelas ilhas Tortola, Virgem Gorda, Anegada, Saint John, Saint Thomas, Saint Croix e outras. As três primeiras são as maiores ilhas britânicas, e as três últimas, aquelas ha-

bitadas, são americanas.

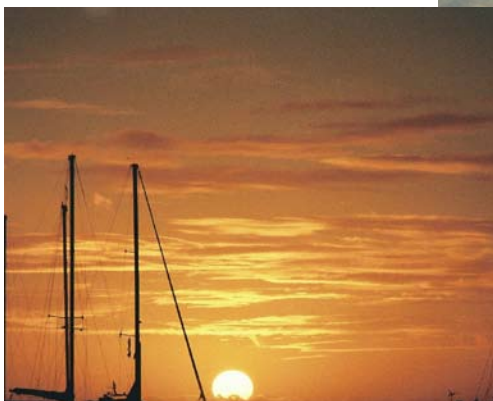
Partimos do porto de Saint Croix ao final da tarde, pois, pelo cálculo das milhas náuticas a serem navegadas para alcançarmos a ilha de St. Martin, teríamos que navegar a noite inteira. A realização dessa travessia noturna tinha um propósito: chegar durante o dia, aterrizar com visibilidade total e mergulhar em suas águas transparentes.

Iniciamos nossa aventura com ventos fortes que foram

aumentando de maneira gradativa, o que nos exigiu maiores cuidados para evitar qualquer possibilidade de surpresas naquela noite caso o vento aumentasse descontroladamente. Ao tempo em que as ondas foram aumentando, preventivamente fomos fechando o barco para evitar que a parte interna fosse molhada.

De acordo com o planejamento da travessia chegaríamos ao amanhecer a Saint Maarten e ficaríamos aguardando a hora em que a ponte pênsil se abriria para dar passagem aos barcos que saíam deixando vagas disponíveis para os outros que chegavam à lagoa, local mais seguro para ancoragem e onde estão situadas as marinas. Exauridos, bastante molhados e com o desconforto natural de uma travessia caracterizada pelo mal tempo nos jogamos no convés para recarregarmos nossa energia com o calor do sol que nascia lentamente.

Após atracarmos na Simpson Marina Bay, tomamos um



Pôr-do-sol no ancoradouro



Situação no mar durante a travessia



O prazer de velejar



Na transparência da água
ronda o perigo



O charme dos restaurantes à beira-mar



Emoções ao vento



No lado francês é assim: "Très charme"

café bem quente e reforçado, quando recebemos a informação de que tínhamos enfrentado, durante a travessia, "o rabo de um furacão" que estava se formando na Costa Africana. Em decorrência dos possíveis riscos desse fenômeno da natureza, a guarda costeira local proibiu a saída de qualquer embarcação.

Os dois lados da ilha

Tradicionalmente conhecida como "um pedaço da França no Caribe", Saint Martin (lado francês da ilha) tem seu governo estabelecido na ilha caribenha Guadalupe e representante direto no governo em Paris. Localizada a 1.800 km de Miami e a 25 minutos de voo da ilha de San Juan de Porto Rico. Essa ilha pode ser alcançada em voos diretos saindo do Brasil. Com ar tipicamente francês, Marigot, a capital, reúne ao mesmo tempo charme e sofisticação. São inúmeras as lojas de marcas famosas e os vários *shoppings* que fazem a alegria dos turistas. Os restaurantes, sempre muito procurados, funcionam até às nove da noite e oferecem o melhor da elaborada culinária francesa em pratos que variam da carne aos frutos do mar.

Durante o dia, as praias são ótima opção para um banho de sol, um mergulho ou até mesmo para a prática de esportes náuticos.

Ao contrário do Brasil, em St. Martin é comum o "bronzamento total", aquele que dispensa qualquer tipo de roupa de banho. Porém os mais conservadores não devem sentir-se intimidados com tanto desprendimento, pois na ilha há espaço para todos.

Para evitar constrangimento deve-se ter cuidado ao chegar



Visual de Saint Martin



Situação após a tempestade:
barcos em terra firme



Ao sabor das ondas



Paisagem paradisíaca

à praia de "Orient Beach" ou "Bay Orientale", já que seu lado direito é completamente original. Escondida atrás de uma grande placa está uma das mais famosas praias de "naturismo" do mundo, em frente a um hotel também naturista, de acomodações básicas. A passagem entre essas praias é livre, e acredite, no lado naturista só fica constrangido quem insiste em permanecer vestido. O lado esquerdo desta praia lembra Saint Tropez, com seus vários clubes enfileirados à beira do mar.

Saint Maarten é o lado Neerlandês da ilha. Na praia de Maho, com areias branquíssimas e mar bastante calmo, em tons de azul degradê, poucos metros acima das cabeças de seus banhistas passam também os Boeings 777, em procedimento final de pouso e decolagem no aeroporto Princesa Juliana, cuja pista se inicia rente à areia da praia, um atrativo a mais. Além desta, existem outras lindas praias de livre acesso a todos.

O lado holandês possui menos *glamour*, mas muita alegria, festas e jogos de azar, lembrando um pouco Las Vegas. Lá

encontramos também supermercados muito atrativos pela variedade de queijos, frios, doces e vinhos holandeses, com preços bastante acessíveis. Para se locomover pela ilha, as "Scooter", motos pequenas sem marcha, são um meio de condução barato, versátil e econômico bastante utilizado.

Para não tomar partido nem do lado francês e nem do holandês, digo que essa ilha deixou excelentes lembranças durante a semana que por lá estive e, portanto, indico a você, diante de tantas facilidades que existem atualmente para viajar e conhecer lugares belíssimos fora de nosso Brasil, que, indiscutivelmente, é uma beleza de norte a sul, leste a oeste... mas, voltando a Saint Martin, se decidir passear por lá, reserve ao menos um dia para conhecer a ilha de Saint Barthelemy, outra pérola francesa no Caribe.

Até a próxima! ■

*Euvaldo Pinho é assessor especial da presidência do TRF da 1.ª Região.

Fotos e legendas do autor



Meio de transporte usado entre as ilhas: aviões anfíbios



Repouso merecido



Enfrentando o mau tempo

IV Encontro Nacional do Judiciário estabelece novas metas para 2011

O presidente do Tribunal Regional Federal da 1.^a Região, desembargador federal Olindo Menezes, e o corregedor regional da Justiça Federal da Primeira Região, desembargador federal Cândido Ribeiro, participaram, nos dias 6 e 7 de dezembro, do IV Encontro Nacional do Judiciário, no Rio de Janeiro.

Promovido pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ), o evento reuniu os presidentes e corregedores de todos os 91 tribunais brasileiros. O Encontro serviu para que fossem escolhidas as novas metas nacionais do Poder Judiciário para 2011, e divulgado o balanço do cumprimento das dez metas de 2010; serviu, ainda, para a entrega do 1.^o Prêmio Nacional de Conciliação, que homenageia experiências bem-sucedidas no judiciário brasileiro incentivadoras de acordos amigáveis. Houve, também, a definição de estratégias de ação do Poder Judiciário para 2011.

Foram selecionadas quatro metas para todo Judiciário e uma meta específica para cada segmento da Justiça – Trabalhista, Federal, Militar e Eleitoral, com exceção da Justiça Estadual. A meta definida para a Justiça Federal é implantar o processo eletrônico judicial e administrativo em 70% das unidades de primeiro e segundo grau até dezembro de 2011.

Turma Regional de Uniformização de Jurisprudência realiza seção em Minas

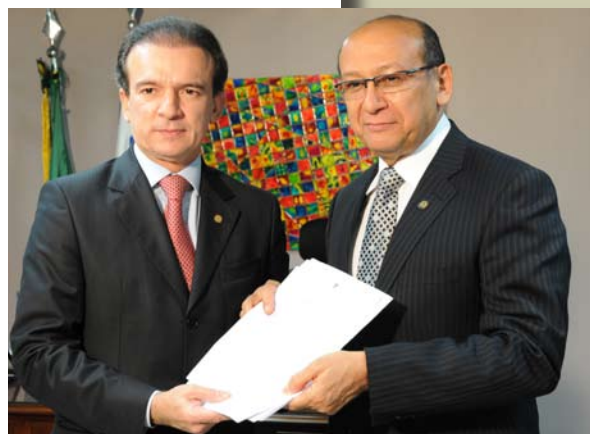
A Turma Regional de Uniformização de Jurisprudência nas Turmas Recursais dos Juizados Especiais Federais da Primeira Região (TRU) realizou, no dia 10 de dezembro, a terceira sessão ordinária, na sede da Seção Judiciária de Minas Gerais. A primeira sessão de 2010 aconteceu em Roraima, e a segunda, em Rondônia, caracterizando o perfil itinerante das reuniões de acordo com decisão do TRF.

A sessão foi presidida pelo coordenador regional dos Juizados Especiais Federais da Primeira Região, Tourinho Neto, e contou com a presença de todos os 16 juízes membros das turmas recursais dos estados da Primeira Região. Não houve a necessidade de transmissão da sessão por videoconferência a magistrados.

Durante a sessão, foram analisados 126 processos, dos quais 125 foram julgados, e apenas um ficou sobrestado. Após o encerramento da sessão, o coordenador Tourinho Neto reuniu-se com os juízes federais do Juizado Especial Federal da seccional de Minas Gerais.

Lista sêxtupla da OAB é entregue ao presidente do Tribunal

No dia 9 de dezembro, no gabinete da Presidência do TRF/ 1.^a Região, o presidente nacional da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), Ophir Cavalcante, entregou ao presidente do Tribunal, desembargador federal Olindo Menezes (foto), a lista sêxtupla constitucional com os nomes dos advogados escolhidos pelo Conselho Federal da OAB durante a sessão plenária do dia 5 de dezembro. Cabe, agora, ao TRF escolher, na sessão plenária do dia 10 de fevereiro, os três nomes que serão submetidos ao presidente da República, o qual nomeará o novo desembargador deste Tribunal. O escolhido substituirá o desembargador federal aposentado Carlos Fernando Mathias. Os advogados que figuram na lista sêxtupla são: Kassio Nunes Marques (PI), Gerson Nery Ribeiro Vilela Junior (AC), Silvio de Andrade Abreu Junior (MG), Sandra Maria do Couto e Silva (AM), Ivair Martins dos Santos Diniz (TO) e Maria Dionne de Araújo Felipe (DF). De acordo com o presidente nacional da Ordem, para fazer parte da lista, os advogados precisam, entre outros aspectos, ter notório saber jurídico e reputação ilibada. "Além disso, é necessário que tenham, no mínimo, 10 anos de experiência no âmbito da Justiça Federal", afirmou Ophir Cavalcante.



LUIZ XAVIER



Coral Habeas Cantus apresenta a cantata "Encantando sonhos de Natal"

Para comemorar o Natal, o coral Habeas Cantus realizou, no dia 16 de dezembro, na portaria do Edifício-Sede I do Tribunal Regional Federal da 1.ª Região, a cantata "Encantando sonhos de Natal". Em uma apresentação rápida, porém cercada de significado, o grupo entoou "We wish you a merry christmas", "O primeiro Natal" e "Noite feliz".

Antes de encerrar as apresentações com a música "Feliz Natal", o maestro, Paulo Santos, declarou ser uma honra tocar nas dependências do Tribunal, e desejou aos presentes um feliz Natal, "repleto de felicidades".

A cantata também ocorreu no auditório do Edifício-Sede I da Justiça Federal e no Edifício Cidade de Cabo Frio.

Brasília sedia a II Jornada de Integração dos JEFs da Primeira Região

No dia 16 de dezembro aconteceu a abertura da II Jornada de Integração dos Juizados Especiais Federais (JEFs) da Primeira Região, no auditório da Escola de Magistratura Federal da 1.ª Região (Esmaf). O evento teve como objetivo a troca de experiências para otimizar e uniformizar os trabalhos nos JEFs.

A Jornada foi aberta pelo coordenador dos JEFs da Primeira Região, Tourinho Neto. Na ocasião, o magistrado falou das perspectivas de tornar os Juizados cada vez mais céleres, a fim de atender, com presteza, às necessidades daqueles que procuram a Justiça.

A primeira palestra foi proferida pela secretária executiva da Cojef, Maria Regina Lara Ferreira, que falou sobre "Regimento Interno das Turmas Recursais e Juizados Especiais Federais". "A gestão com foco na celeridade processual, o bem-estar do autor, o atendimento, os números" foi o tema abordado pelo juiz federal Murilo Fernandes de Almeida, coordenador dos JEFs/MG.

A atuação da Defensoria Pública Federal junto aos Juizados também foi discutida no evento, na exposição do defensor público da União, Alessandro Tertuliano Pinto. No dia 17, a palestra do coordenador Tourinho Neto sobre a uniformização de procedimentos nos JEFs e o *workshop* sobre a expedição de RPVs e precatórios, conduzido pela diretora da Coordenadoria de Execução Judicial (Corej) do TRF, Leila Maria Moreira, encerraram o evento.



Disponível edital para o 5.º Concurso Público do TRF/ 1.ª Região

O presidente do Tribunal Regional Federal da 1.ª Região, desembargador federal Olindo Menezes, instituiu, por meio da portaria Presi/Secre 16, de 14 de janeiro de 2011, comissão para condução dos trabalhos com vista à abertura de edital para realização de concurso público destinado ao provimento de cargos dos quadros de pessoal do Tribunal e da Justiça Federal de 1.º grau. A comissão é presidida pelo diretor da Secretaria de Recursos Humanos e tem como membros os diretores da Divisão de Recursos Humanos (Direh), da Divisão de Cadastro de Pessoal (Dicap), da Divisão de Legislação de Pessoal (Dilep) e o supervisor da Seção de Recrutamento, Seleção e Colocação de Pessoal (Sesel/Direh). O edital foi publicado no Diário Oficial da União, no dia 31 de janeiro de 2011. Todas as informações referentes ao concurso estão disponíveis no *link* "5.º Concurso Público do TRF/ 1ª Região", na página eletrônica www.trf1.jus.br

Sistema Malote Digital na Primeira Região

O Tribunal Regional Federal da 1.ª Região vem procedendo a trabalhos de instalação do sistema Malote Digital, para comunicações oficiais, por meio eletrônico, com os demais órgãos do Poder Judiciário, conforme estabelecido pela Resolução CNJ 100/2009. A norma visa ao cumprimento da meta prioritária n.º 10 – realizar, por meio eletrônico, 90% das comunicações oficiais entre os órgãos do Poder Judiciário. As seções judiciárias vinculadas ao Tribunal foram informadas do Malote Digital pela Circular/Presi 265, de 13 de julho de 2010, que solicitou, ainda, a indicação de servidores de cada unidade administrativa, até o nível de núcleo, e das unidades judiciárias para serem cadastrados como usuários do sistema. Inicialmente, o Malote Digital deverá ser utilizado para envio de documentos a unidades organizacionais externas às seccionais, desde que o destinatário esteja disponível para recebimento de documentos, ou seja, que conste na tabela de destinatários do sistema. O sistema Malote Digital está implantado no TRF/ 1ª Região e em fase de implementação nas Seções e Subseções Judiciárias da 1ª Região.

Processos para o mutirão começam a ser distribuídos aos juízes das turmas suplementares

Começaram a ser entregues, na tarde do dia 19 de janeiro, os processos que serão julgados no decorrer do Projeto Mutirão "Judiciário em Dia". Nessa primeira leva chegaram aos gabinetes dos magistrados convocados para compor as turmas suplementares cerca de 4.350 processos, de um total de aproximadamente 57 mil, separados após triagem feita no Centro de Treinamento da Justiça Federal (Centrejufe). Dessa forma, os juízes já iniciaram o exame das peças visando à primeira sessão de julgamento, prevista para o início de fevereiro.



BRITO JUNIOR

SALTO CRUZ



EUA QUER BRASIL NA GUERRA CONTRA DROGA NA BOLÍVIA



Os EUA querem transferir para o Brasil parte dos custos da luta contra o narcotráfico na Bolívia. Com uma relação conturbada com o governo Evo Morales, Washington planeja diminuir os recursos que desde os anos 80 destina ao combate à produção de cocaína. A intenção americana coincide com a aparente disposição do governo brasileiro de se envolver mais diretamente nas ações contra o narcotráfico em países vizinhos. O Brasil é o destino número um da cocaína que sai da Bolívia.

Valor Econômico
Janeiro/2011

MUNDO

A VOLTA DO BICHO-PAPÃO

Em meio ao caos que toma conta do Haiti, assolado pela cólera, o ex-ditador Jean-Claude Duvalier, o Baby Doc, decidiu retornar a Porto Príncipe depois de 25 anos de exílio. O desembarque ocorreu no domingo, 16, coincidindo com a decisão do Conselho Eleitoral Provisório haitiano de adiar o anúncio oficial do resultado das eleições presidenciais, consideradas fraudulentas pela OEA. Tudo indica que o objetivo de Baby Doc é conseguir a anulação do pleito para que possa concorrer.

Revista ISTOÉ
Janeiro/2011

PÃO E LIBERDADE

A beleza de ver um ditador fugir justifica o nome singelo atribuído aos protestos populares das últimas semanas na Tunísia: a Revolução do Jasmim, a flor nacional. Fazia 23 anos que Zine El Abidine Ben Ali, expulso do poder no último dia 14 por um movimento popular espontâneo, estava à frente de um governo autoritário e corrupto que permitia à família da primeira-dama, a ex-cabeleireira Leila Trabelsi, atuar como máfia, extorquindo lojistas, banqueiros e investidores estrangeiros, além de se apossar de empresas de aviação e de TV.

Revista Veja
Janeiro/2011

UM "CASE" NA SERRA

Engenheiros, geólogos, bombeiros e sobreviventes da catástrofe que atingiu a região serrana do Rio de Janeiro ainda não conseguiram compreender o que aconteceu exatamente naquela madrugada de 11 para 12 de janeiro, cujas consequências somam mais de 800 mortos, cinco centenas de desaparecidos, prejuízos materiais ainda incalculáveis e a completa alteração geográfica de uma área que alcança sete municípios.

A explicação não cabe toda na expressão "tragédia anunciada", embora uma parte dela esteja mesmo na imprevidência do poder público, no desmatamento, na ocupação desordenada do solo e no tabu que se criou em torno dos atos de remoção de moradias, sinônimo de autoritarismo e remissão de memória ao lacerdismo.

O Estado de São Paulo
Janeiro/2011

SOLUÇÕES PARA EVITAR OUTRA TRAGÉDIA

Sempre que a fúria das águas deixa um rastro de destruição e mortes, o roteiro seguido pelos governantes brasileiros é muito semelhante. Proferem-se frases de efeito, adotam-se medidas paliativas, mas as grandes questões permanecem negligenciadas. O cenário de devastação provocado pela tempestade que desabou sobre a região serrana do Rio de Janeiro escancarou as velhas fragilidades – ocupação irregular de encostas, leniência na fiscalização, falta de investimentos em tecnologia e infraestrutura – e o completo despreparo para lidar com uma catástrofe dessa magnitude.



Revista Veja
Janeiro/2011

BRASIL

Realizações e...

CADA SER HUMANO
REAGE DE FORMA
DIFERENTE



PAULA ODA

Começo de ano é a época em que as pessoas se enchem com as energias positivas e expectativas para um novo tempo. Sucesso na área profissional, pessoal, troca de bens de consumo, enfim, desejos e esperanças de realizações. Esse processo aciona o sistema límbico, localizado nas regiões basais do cérebro, que é responsável pelo controle motivacional do aprendizado e pelas sensações de prazer ou punição. No período de festas, por exemplo, essa área trabalha acima da média, liberando mais substâncias de recompensa, como a serotonina e a endorfina. Acontece, assim, uma reação em cadeia, em que os pensamentos são mais positivos que negativos, a frequência cardíaca é menor, o sono é mais agradável, e as pessoas estão mais dispostas.

Emocionalmente, o planejamento não causa mudanças físicas ou químicas no cérebro, mas sim a realização dele, ativando o sistema de recompensas e liberando neurotransmissores que deixam o ser humano com mais predisposição. O mesmo acontece quando nos exercitamos, quando comemos algo de que gostamos, praticamos qualquer atividade que nos dê prazer. Por outro lado, se o objetivo não é alcançado, as substâncias de recompensa não são liberadas, e com isso falta estímulo, a tensão muscular é agravada, o

hormônio do estresse, o corticosteróide, é liberado, e os problemas de saúde se tornam mais prováveis.

A quantidade de neurotransmissores e hormônios liberados em cada caso varia de acordo com a capacidade de lidar com as emoções. Uma pessoa que sabe lidar com as realizações, por exemplo, costuma ter substâncias de recompensa no corpo com frequência; então, quando acontece algo positivo, ela tende a receber menor quantidade, pelos níveis já existentes no corpo. Segundo o neurologista coordenador do departamento científico de neurologia cognitiva e do envelhecimento, Ivan Okamoto, cada pessoa reage às situações de uma forma: umas lidam com a frustração refazendo os planos em busca de alcançá-los; outras desistem deles e podem entrar em um quadro depressivo, e, por esse motivo, é importante traçar objetivos realizáveis.

Okamoto explica que os jovens podem ter mais chance de ir para o lado negativo: "Eles sofrem mais dificuldade pela falta de experiência. Uma pessoa mais velha já vivenciou muitas coisas, o que ajuda a tomar decisões, além de não dar tanta importância a um só fato."

Segundo o psiquiatra, membro da Associação Brasileira de Psiquiatria, José Hamilton, homens e mulheres não



FOTOS: INTERNET

...frustrações

possuem nenhuma diferença, cientificamente comprovada, na forma de interpretar emoções, sentimentos. A distinção acontece com a valorização e a capacidade de conexão que a mulher tem. Um mesmo fato visto por pessoas de sexos diferentes pode emocionar mais a mulher por ela ligar a algo pessoal, ou a algo que ela já tenha vivido. Já o homem observa as ações de forma objetiva. O psiquiatra exemplifica: "Digamos que um casal seja abordado por uma criança moradora de rua. A mulher tem muito mais chance de se emocionar por conectar aquela imagem a um possível filho; já o homem consegue olhar de forma objetiva e sem se envolver."

A forma de agir de todos os seres humanos é diferente porque depende das experiências que cada um vivenciou e da capacidade de motivar a si mesmo e persistir mediante frustrações; controlar impulsos, canalizando emoções para situações apropriadas; praticar gratificação prorrogada; motivar pessoas, ajudando-as a liberar seus melhores talentos, e conseguir objetivos. Essa é a chamada inteligência emocional.

Servidora do TRF/ 1.ª Região que prefere não se identificar, aprendeu a lidar com suas emoções após desenvolver a Síndrome do Pânico e a depressão. O período de crise

aguda durou cerca de três meses e, na época, ela perdeu 10 kg. Segundo a servidora, o motivo que a levou às doenças foi a frustração por não ter conseguido realizar muitos de seus planos: "Acredito que esta é uma experiência muito comum para muitas pessoas e que cada uma vivencia de maneira muito pessoal. A frustração me fez sentir insignificante até mesmo para as pessoas que tanto me amam. A frustração de não ter conseguido realizar sonhos me atingiu em cheio."

Ela prossegue: "Perdi totalmente a alegria de viver, chorava muito e tinha medo de morrer. A respiração era curta, presa e, no meu peito, sentia dores terríveis. Na crise, muitas vezes achei que ia ter um ataque cardíaco. Fisicamente meu coração não tinha nada, mas emocionalmente ele carregava tudo: principalmente frustração." "Busquei assistência médica, orientação psicológica, retomei a prática de atividades físicas e o prazer de me alimentar novamente. Com o tempo, tudo foi clareando e voltando ao normal, até a total recuperação. É difícil explicar uma dor que se sente no peito e que fisicamente não existe. Me fortaleci na fé, na crença de que estamos aqui de passagem e que é nosso dever nos tornarmos pessoas melhores a cada dia."

Hoje ela evita a frustração com a decisão de não fazer

promessas, traçar prazos. "Entendi que prometer e não cumprir dói demais. Então uso expressões como: "pretendo fazer isso, mas não sei quando", "vamos ver se vai acontecer..." Assim o que for prioridade vai assumindo sua ordem natural e, acredito, dessa forma, estar em sintonia com minhas emoções e sentimentos. Desafio a ansiedade assim."

Segundo informações do Ministério da Saúde do ano de 2007, a depressão é um transtorno mental bastante comum. Estima-se que, na América Latina, 24 milhões de pessoas sofram da doença. Alguns sintomas que caracterizam a depressão são uma acentuada falta de energia, a perda de interesse e prazer nas atividades cotidianas, baixa autoestima, pessimismo com relação à vida, dificuldade de conviver em ambientes sociais, além de insônia.

No ano de 2009, a Organização Mundial de Saúde (OMS) divulgou que a depressão atinge 121 milhões de pessoas ao redor do mundo e está entre as principais causas que contribuem para incapacitar um indivíduo. Além disso, ela está associada à morte de 850.000 pessoas por ano. Já no Brasil, estima-se que 17 milhões de pessoas sofram com a doença. De acordo com dados levantados pelo Instituto Nacional de Seguro Social (INSS), 74.418 cidadãos foram afastados de suas atividades com justificativa de depressão no ano de 2007.

Para o Dr. José Hamilton, o número de pessoas frustradas aumenta a cada dia, e isso é uma característica da era contemporânea. Ele atribui a falta de tempo e o excesso de cobrança ao fato.

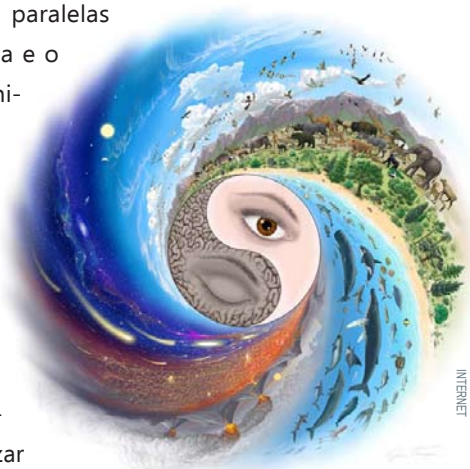
A psicóloga e professora de educação física, Patrícia Naves, diz que é mais comum as pessoas terem dificuldade de lidar com as decepções, frustrações, do que reagirem imediatamente para replanejar. "Principalmente se a exigência interna for muito grande, isto é, quando a pessoa se cobra demais em busca da perfeição, ou pelo menos, da proximidade dela. Isso pode gerar conflitos consigo, diminuir a autoestima, gerar estresse, depressão, a falta de

crença na própria capacidade."

Para lidar com a frustração, cada pessoa desenvolve um mecanismo de defesa, declara a psicóloga. "Uns fumam demais, outros bebem, se desqualificam, comem demais, desenvolvem patologias como a Síndrome do Pânico, o Transtorno Obsessivo Compulsivo (TOC), brigam, falam mal, matam." Como auxílio no tratamento, ela indica exercícios físicos, que ajudam na superação do potencial físico e emocional. "A realização de uma atividade que a pessoa não acreditava conseguir motiva e ajuda no conhecimento do seu corpo físico." No primeiro momento, porém, ela não indica exercícios que estimulem a competitividade, mas sim exercícios mais leves ou os que realizam emocionalmente o paciente, como o alongamento, ou os exercícios de flexibilidade, como o Pilates.

Como alternativas paralelas existem também a ioga e o *feng shui*, que harmonizam o corpo, de dentro para fora, levando a uma tranquilidade emocional. Nessa mesma linha, existem outras opções, como as oferecidas pela filosofia oriental, que prega o poder de mentalizar coisas boas e, assim, de elas se tornarem reais.

A psicanalista Mara Salla, pesquisadora da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), lembra que nesse período de ano novo, na qual as expectativas são grandes e audaciosas, é importante ser verdadeiro consigo mesmo: "Traçar planos sem perspectiva de concretização é se enganar. O legal de fazer planos é ver a realização deles e não sofrer com a frustração de não conseguir colocá-los em prática." ■



Santos mineiros

ADRIANA CARVALHO

Said Santiago começou a produzir suas obras em 1997. Sua técnica é de colagem e pintura associadas. Para tanto, utiliza materiais nobres: tecidos especiais, fragmentos de época, acessórios que reproduzem os antigos, visando recriar, inventar a atmosfera da imaginária barroca e a estética requintada do ciclo do ouro e dos diamantes de Minas Gerais.

O artista expôs pela quinta vez no Tribunal, de 29 de novembro a 3 de dezembro de 2010. Por utilizar técnica bastante singular, é prestigiado por grandes colecionadores espalhados pelo mundo.

Said já expôs também nos espaços culturais do STF, do STJ, do TST, do Senado Federal e em outros de Brasília, e

no Rio de Janeiro; expôs ainda nos espaços culturais do Banco Central e do Banco do Brasil, assim como na Caixa Econômica de São Paulo.

Cerca de 6.500 obras estão espalhadas pelos continentes. Entre os colecionadores de suas peças estão José Sarney, Itamar Franco e diversas autoridades. Os artistas Roberto Carlos, Bibi Ferreira, Beatriz Segall e Lucélia Santos também possuem sua obra.

Said relata seu encanto e sua admiração pelo primoroso acervo da estatuária barroca mineira e sente-se realizado por meio do trabalho.

Telefone de contato (031) 3868 1031 – MG. ■



Sant'Ana Mestra



Nossa Senhora do Rosário



Nossa Senhora da Conceição

Auxílio-Material-Escolar

Até que a proposta de alteração do Regulamento do Pro-Social seja apreciada pela Corte Especial, em 2011, permanecem em vigor as regras contidas na Resolução Presi n.º 670-026, de 22 de dezembro de 2008, que regulamenta o Auxílio-Material-Escolar. Dúvidas? Esclareça tudo aqui.



1. Quem tem direito ao Auxílio-Material-Escolar?

De acordo com o Regulamento-Geral do Pro-Social, o benefício é destinado ao custeio parcial do material escolar básico dos dependentes matriculados do 1.º ao 9.º ano do Ensino Fundamental em instituições públicas ou particulares, devidamente inscritos no Pro-Social.

2. Até quando pode ser solicitado?

As inscrições para o auxílio ocorrem anualmente, de 15 de janeiro a 15 de fevereiro.

3. Qual o valor do auxílio?

No dia 22 de março de 2010, o Conselho Deliberativo aprovou, no Processo Administrativo n.º 797/2010, o valor de R\$ 400,00 (quatrocentos reais).

4. Quando é pago?

O valor correspondente ao auxílio será pago ao beneficiário titular, em parcela única, quando da execução da folha de pagamento do mês de março de cada exercício.

5. Como deve ser feita a inscrição para receber o benefício?

Para inscrever-se, o servidor deverá preencher o formulário de solicitação do auxílio, disponível na intranet (em Setoriais/Secbe/Pro-Social/Guias/Beneficiários). A entrega pode ser feita por malote ou pessoalmente, no Setor de Cadastro de Beneficiários – Ed. Cabo Frio, 1.º Subsolo. Há ainda a opção de enviar o documento digitalizado, para o *e-mail* secab@trf1.gov.br.

6. Que documentos são exigidos para a inscrição?

Junto com o formulário, o beneficiário deverá entregar, no ato da inscrição, cópia do comprovante de matrícula, indicando a série/ano constante da ficha de solicitação.

7. Há restrições?

Os beneficiários titulares requisitados, cedidos, comissionados ou lotados provisoriamente não poderão receber auxílio semelhante ou ajuda financeira para aquisição de material escolar. Portanto, deverão apresentar, no ato da inscrição, declaração do órgão de origem (lotado), atestando o não recebimento de outro benefício.

8. A inscrição é renovada automaticamente?

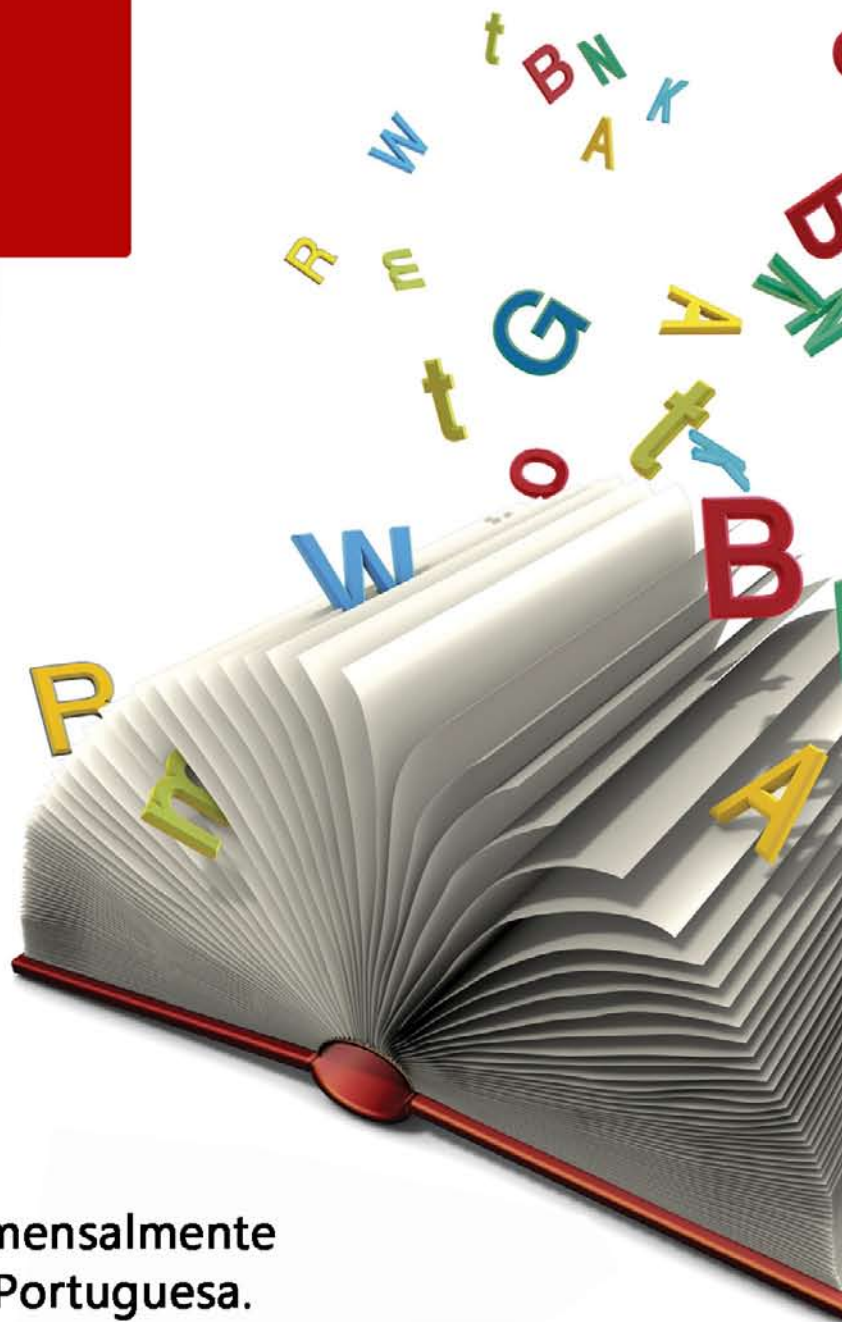
Não. No Regulamento vigente o servidor deverá se inscrever todos os anos no prazo de 15 de janeiro a 15 de fevereiro.

9. Quando ocorre o desligamento?

Somente em duas situações: quando o dependente não estiver matriculado do 1.º ao 9.º ano do ensino fundamental e quando o beneficiário se desligar do Pro-Social. ■

ESCLAREÇA SUAS DÚVIDAS NO

O QUÊ DO MÊS



Um Informativo produzido mensalmente
pela consultoria em Língua Portuguesa.

acesse ww.trf1.jus.br
e clique em "Publicações".



Praça dos Tribunais Superiores
SAS, Quadra 2, Bloco A
CEP: 70095-900
Brasília - Distrito Federal
primeiraregioemrevista@trf1.jus.br
www.trf1.jus.br